



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

HUDSON LEONARDO CORDEIRO DE MOURA

**ESTUDO DESCRITIVO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DE ARACAJU.**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019

HUDSON LEONARDO CORDEIRO DE MOURA

**ESTUDO DESCRITIVO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DE ARACAJU**

Monografia apresentada ao
Departamento de Educação Física da
Universidade Federal de Sergipe como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de licenciado em Educação Física,
sob a orientação do **Prof. Dr. Luiz
Anselmo Menezes Santos.**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019

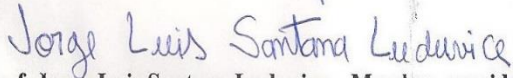
HUDSON LEONARDO CORDEIRO DE MOURA

**ESTUDO DESCRITIVO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE ARACAJU**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do
título de Licenciado no curso de Educação Física da
Universidade Federal de Sergipe.



Prof. Dr. Luiz Anselmo Menezes Santos - Orientador



Prof. Jorge Luis Santana Ludovice – Membro convidado



Prof. Dr. Jose Américo Santos Menezes – Membro convidado

São Cristóvão, 25/02/2019

AGRADECIMENTOS

Durante esse período de formação inicial, foram-me dados inúmeros desafios e dificuldades impossíveis de superá-los sozinho.

Diante disso, gostaria de agradecer, inicialmente, à energia universal que nos orienta, sempre com o propósito de nos fazer crescer, mesmo que isso represente passar por momentos árduos.

Posteriormente gostaria de agradecer à minha família, em especial à minha mãe Rosângela e aos meus irmãos: Paula, Marcos e Fátima, que de diferentes maneiras me ajudaram e me incentivaram a trilhar esse caminho.

Quero agradecer aos meus professores Admilson e Dôra, que através da ginástica, me proporcionaram momentos e experiências inesquecíveis, momentos esses que foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui.

A todos os professores da Universidade Federal de Sergipe, por toda a dedicação e contribuição na minha formação, principalmente aos professores do Departamento de Educação Física e em especial aos meus orientadores: Luiz Anselmo Menezes Santos e José Américo Santos Menezes, orientador do presente trabalho e orientador dos PIBID/ PIBIC e estágios, respectivamente. Obrigado por acreditarem em mim, por me mostrarem diferentes e valiosos caminhos e por serem as minhas maiores referências.

Aos meus colegas de curso que dividiram comigo tantas experiências e aprendizagens, em especial, gostaria de agradecer a Michell, por toda a ajuda, principalmente nos primeiros períodos, que com toda a certeza, foi fundamental para que eu não desistisse mais uma vez.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas do PIBID, experiência essa que fez com que eu pudesse me identificar e me apaixonar pela docência.

E por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos: Allan, Dayane, Kamila e Simone, em ordem alfabética para evitar ciúmes (risos).

Sei, com absoluta certeza, que aqui não estão contempladas todas as pessoas que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal, porém, saliento que sou muito grato a todos e desejo que se sintam abraçados por mim como forma de agradecimento nesse momento de plena realização e felicidade.

“Se não fosse o caos, eu estaria vivendo na insatisfação de não saber quem eu sou. Então o caos veio, me virou do avesso, me colocou de frente com tudo o que eu ignorava, então eu me encontrei, bem... pelo menos estou no caminho, a cada dia me conheço e me reconheço mais. No caos eu encontrei a minha paz.

(Dim Costa Neto)

RESUMO

O presente trabalho procurou descrever acerca da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, identificando o nível de participação e de conhecimento dos professores de Educação Física da rede pública de ensino do Município de Aracaju-SE, reconhecendo, inclusive, de que maneira uma normativa como essa se relaciona com a Formação Continuada desses profissionais. Para a elaboração da referida pesquisa, foram utilizados o levantamento bibliográfico, a pesquisa quali-quantitativa e a coleta de dados realizada a partir do preenchimento de um questionário estruturado contemplando questões relacionadas à atuação profissional, à formação continuada dos professores investigados e à aproximação e à tomada de decisões referentes à BNCC. O estudo foi finalizado a partir da análise e da interpretação dos dados obtidos na coleta, que posteriormente embasaram a elaboração de relatórios conclusivos. Diante das respostas apresentadas, pôde-se concluir que apesar de os professores possuírem conhecimentos acerca do documento normativo e predominantemente não se mostrarem contrários a ele, houve pouca participação e envolvimento em sua construção e implementação, fato esse que está fortemente ligado à Formação Continuada dos mesmos.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Formação de professores. Educação Física.

ABSTRACT

The present article aims to describe the implantation the common national curriculum base (BNCC. port) of the Elementary school, identifying the level of commitment and knowledge of the teachers of physical education from the public education system from the Aracaju City, Sergipe state, analysing how this normative is related to the continuing formation of these professionals. survey bibliography, qualitative-quantitative research and data collection were used in order to elaborate the mentioned work, structuring a quiz which contained questions related to the professional performance, the continuing professional formation of the teachers approached and decisions related to the common national curriculum base. The study was finalized with the analysis and interpretation obtained from the quiz, wich gave base to the conclusions of the relatories. With the answers given, it could be concluded that, despite the teachers have the knowledge about the normative system and not opposing to it, they showed few interest in the implementation, exposing that this issue is strongly connected to their continuing formation.

Keywords: Common national curriculum base. Teacher training. Physical education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional pela formação dos profissionais da Educação

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEFD - Centro de Educação Física e Desportos

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONARCFE - Comissão Nacional pela Reformulação dos cursos de Formação de Educadores

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

EF - Educação Física

FENEN/SE - Federação dos Estabelecimentos Particulares de Ensino

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROBNCC - Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular

PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UNB - Universidade de Brasília

UNCME - Conselho Nacional de Educação

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA.....	13
3. DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	19
4. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ATUALIZAÇÃO, APROXIMAÇÃO E TOMADAS DE DECISÃO.....	30
5. METODOLOGIA.....	37
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
7. CONCLUSÕES.....	58
8. REFERÊNCIAS.....	60
9. APÊNDICES.....	66
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..	66
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	68

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar brasileira, desde o período da sua inserção nas instituições escolares até a atualidade, sofreu diversas modificações acerca da sua intencionalidade. Diferentes posicionamentos dos seus profissionais do que realmente deve ser ensinado nas aulas de Educação Física geram uma crise de identidade na área, convertendo na maioria das vezes o conhecimento adquirido pelos alunos em algo breve, sem desenvolvimento dos diversos conteúdos recomendados para a Educação Física escolar. Não havendo um consenso por parte dos profissionais de Educação Física do que realmente deve ser ensinado nas escolas, há uma lacuna acerca de se o que vem sendo proposto pelos profissionais tem tido um mesmo propósito educacional como os demais componentes curriculares e se os seus alunos não são os mais prejudicados por não terem a oportunidade de aprender os diversos conteúdos presentes na especificidade da Educação Física.

A Base Nacional Comum Curricular nos convida a refletir e amadurecer acerca de vários aspectos sobre o tema de Formação Continuada no Brasil e embora esse fato seja evidente, é perceptível que existe um déficit dos professores da educação básica, incluindo os professores de Educação Física em realizarem tal formação durante o seu exercício docente.

Sabe-se que a Formação Continuada é de suma importância para o desenvolvimento profissional, pois, possibilita ao professor a aquisição constante de novos fundamentos à sua prática pedagógica, contextualizando, refletindo e oportunizando novos caminhos a seguir em seu exercício docente.

Partindo desse problema de pesquisa, tenho a hipótese de que, possivelmente, os professores de Educação Física não acompanharam e/ou estejam inteirados acerca da homologada Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental.

Com a homologação da BNCC - 3º versão: 20 de dezembro de 2017, que em sua atribuição traz uma proposta de unificação de conhecimentos e de competências da Educação Física para todas as escolas brasileiras, espera-se que todos os estudantes desenvolvam as mesmas competências ao longo da escolaridade. Após ser aberta à consulta pública, a Base Nacional Comum Curricular foi uma oportunidade para os educadores em exercício do país participarem da construção daquilo que constitui uma nova meta para possíveis mudanças na educação básica brasileira. Diversos profissionais contribuíram para a produção do documento legítimo, que possui uma definição de

conteúdos básicos que servirão como ferramenta imprescindível na construção dos currículos nacionais das escolas a partir do ano de 2019.

Desde a década de 1980, a Educação Física vem buscando uma legitimação no contexto escolar, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), que configura a Educação Física como uma disciplina de igual importância às demais que compõem o currículo. A partir desse fato, a Educação Física passou de mera atividade na escola para componente curricular obrigatório e vinculado ao projeto político pedagógico da escola. Sabendo que isso na maioria das vezes de fato não aconteceu até então com os vigentes PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a Base Nacional Comum Curricular pode ser uma alternativa para que a Educação Física finalmente seja consolidada na escola como os demais componentes curriculares.

A BNCC foi implantada como lei e precisará ser seguida e segundo Sena (2016), ela apresenta um norte que o professor precisa conhecer profundamente, pois é a partir dela que os professores de Educação Física, que tanto necessitam de uma organização curricular, estarão trazendo possibilidades de uma isonomia ao acesso dos alunos aos conteúdos, participarão da atualização dos projetos políticos pedagógicos e dos currículos das escolas.

O presente estudo também se justifica pelo entendimento de que a Formação Continuada deve ser algo fundamental para a eficácia do exercício docente no ensino da educação básica, e ademais, pelo fato de existir poucos estudos que relacionam a implantação de uma normativa importante como a Base Nacional Comum Curricular com a Formação Continuada de professores.

Diante dos fatos apresentados, eis a seguinte pergunta norteadora: Os professores de Educação Física da rede pública de ensino de Aracaju demonstram conhecimento do documento e envolvimento com o processo de implantação da Base Nacional Comum Curricular?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa buscou conhecer a relação e o estado de conhecimento dos professores de Educação Física da rede pública de ensino de Aracaju com a Base Nacional Comum Curricular e como esta normativa influencia a Formação Continuada destes professores. Já nos objetivos específicos, foram traçadas as seguintes metas: identificar se os professores de Educação Física da rede pública de ensino de Aracaju investigados, participaram de alguma das consultas públicas realizadas no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular; verificar o domínio dos professores referente às unidades temáticas sugeridas pela BNCC, identificando os

possíveis desafios que os mesmos enfrentam ou enfrentarão em sua aplicação e reconhecer quais os benefícios e as principais dificuldades que os professores de Educação Física apontam na realização de cursos de Formação Continuada.

O presente trabalho foi desenvolvido em oito seções, na primeira consta a introdução, a questão problema da pesquisa, os objetivos, a hipótese e as justificativas do trabalho. A revisão bibliográfica que está inserida nas seções 2, 3 e 4, foi fundamentada em publicações de artigos, livros e revistas que possuem como temas principais: a Educação Física como componente curricular, a implantação da Base Nacional Comum Curricular e a importância da Formação Continuada de professores. Posteriormente, na seção 5, foi apresentada a Metodologia, que se baseou na abordagem quali-quantitativa, a pesquisa foi caracterizada como descritiva e para a coleta de dados, além da revisão bibliográfica foram utilizados questionários estruturados respondidos por 32 professores de Educação Física do ensino fundamental das redes públicas estadual e municipal de escolas localizadas no município de Aracaju - Sergipe. Nas seções 6 e 7, foi realizada uma organização, análise e interpretação dos dados obtidos e, por conseguinte, uma elaboração do resultado estatístico traduzido em gráficos e em relatórios conclusivos sobre o tema pesquisado. E por fim, se faz presente nas seções 8 e 9 as referências utilizadas para a fundamentação do trabalho e os apêndices.

2. O COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA

Geralmente, quando falamos em Educação Física, precisamos fazer uma busca em seu percurso histórico para tentar compreender acerca da sua origem, mudanças e intencionalidades no decorrer do tempo, porém, no presente trabalho focarei em sua última e grande mudança, que foi a partir da sua inserção como componente curricular obrigatório da educação básica, momento esse em que a Educação Física passa a ser um componente curricular obrigatório integrado à escola através da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, na qual a crise de identidade e a busca por uma base para que houvesse uma organização curricular ganha ainda mais força e necessidades de mudanças para a Educação Física.

González e Fraga (2013) relatam que apenas por volta da década de 1980, após uma mobilidade social e política, foi possível surgir uma inquietação e surgimento do movimento renovador da Educação Física, representado por autores que buscavam retirar da Educação Física o seu caráter predominantemente recreativo e/ou de melhoria da aptidão física, voltado apenas para o “fazer por fazer” e que não levava em conta o desenvolvimento de uma aprendizagem crítica e significativa dos educandos. Por possuir o reconhecimento como disciplina igual às demais, a (LDB) 9394/96 atesta acerca da necessidade de a Educação Física realizar uma organização de conhecimentos específicos e fundamentais para o desenvolvimento dos cidadãos presentes nas escolas, contemplando aspectos teóricos, didáticos e metodológicos de sua especificidade, necessitando de se reinventar no espaço escolar (GONZÁLEZ; SCHWENGBER, 2012).

A Educação Física sempre se apresentou equidistante aos demais componentes curriculares, assumindo um percurso singular e em seu próprio tempo. Porém, observou-se que houve um avanço na área ao final do Século XX, quando se subdividiu em estruturas temáticas de conhecimentos a partir da Resolução CFE 03/87, dividindo-se em duas áreas: a Licenciatura e o Bacharelado em Educação Física (BENITES; NETO; HUNGER, 2008). Consoante, Iora, Souza e Prietto (2017), atualmente a Educação Física se divide entre os campos escolares e não escolares, ou seja, entre os cursos de Licenciatura e Bacharelado como foi dito anteriormente. Divisão essa que se deu a partir da necessidade de que essa formação isolada traria mais segurança e competência para os profissionais atuarem em um campo específico, visto que, através das Diretrizes Nacionais para a formação das Licenciaturas, estabelecidas pelo CNE em 2002, o Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) compreendeu que os professores que possuíam

a graduação no curso de Educação Física unificado pouco possuíam experiências e preparo para tratá-la no campo escolar.

Sem ignorar as mudanças educacionais precedentes e a importância das mesmas na educação brasileira, é perceptível que houve uma maior efetivação do contexto educacional brasileiro a partir da aprovação da LDB¹ de 1996, causando uma maior mobilização entre professores, estudantes e de vários campos, setores da sociedade e dos responsáveis pela gestão escolar. (PERTUZATTI; DICKMAN, 2016).

No mês de dezembro de 1988, segundo Monteiro (apud Castellani Filho, 1998, p. 9-14) foi exibida à Câmara dos Deputados pelo então deputado Octávio Elísio a versão preliminar do Projeto de Lei nº 1.258 para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que sucederia a Lei nº 4.024/61. Passados anos de discussões e diferentes propostas, em sua reta final na Câmara dos Deputados, após as pressões dos deputados, acionados por setores da Educação Física unidos ao sindicato dos trabalhadores da Educação, foi restaurada e admitida a redação do projeto peculiar daquela Casa. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe referente à Educação Física a seguinte redação estampada no parágrafo 3º do seu artigo 26:

Art. 26 – [...] § 3º – A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Em 1996, foi acatado como parte compulsória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN), Lei nº 9.394, no parágrafo 3º - artigo 26, o reconhecimento da Educação Física como componente curricular, no entanto, podendo ser facultativa no turno noturno de ensino. No ano de 2001 a Lei nº 10.328, de 12 de dezembro, por meio do Projeto de Lei nº 2.758 de 1997, do vigente deputado Pedro Wilson, substituiu o parágrafo 3º do artigo 26 da LDB somente incluindo o termo “obrigatório” no texto original de 1996, reduzindo a possíveis errôneas interpretações de

¹ No que diz respeito à LDB, Pereira (1999) destaca, que no artigo 21, inciso I, consta o seguinte texto: a Educação Básica passa a ser entendida como: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e aponta que a educação básica (deve perder seu caráter primordialmente propedêutico e refletir uma visão mais rica de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, segundo a qual cada idade tem importância em si, como fases de constituição de sujeitos, de vivências e socialização, de processos de construção de valores e identidades.

que a Educação Física poderia não ser um componente curricular obrigatório da educação básica (MONTEIRO, 2014).

Dessa maneira, a Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, conferiu ao texto que trata da Educação Física na LDB, e que, portanto, é o texto em vigor atualmente, a seguinte redação:

Art. 26 – [...] § 3º – A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole.

No decorrer da história política brasileira e suas legislações, muitos decretos, leis e outros aparatos legais abordaram acerca da Educação Física escolar. Porém, é visível que nenhum deles expressaram uma significativa preocupação com a integral educação dos educandos, utilizando por diversas vezes a Educação Física apenas como um banal dispositivo para atender aos interesses governamentais e elitistas de várias entidades em que a mesma se fez presente, possuindo um caráter com sentido predominantemente periférico e independente, mas sempre vinculada aos interesses dessas instituições (MONTEIRO, 2014).

Para Benites, Neto e Hunger (apud Scheibe e Bazzo (2001)), com a promulgação dessa LDB, ficou evidente que sempre houve uma política global para a Educação, e era uma estratégia adotada para frear o movimento dos educadores. Embora haja essa constatação, Souza Neto (1999) afirmou que, em função das orientações apresentadas e de outras da LDB 9394/96, forja-se a necessidade de revisão dos cursos de formação profissional em todas as áreas, incluindo a Educação Física. Entretanto, nessa área em particular, com a Resolução CFE nº 03/87, já se tinha antecipado à nova Lei, dando autonomia e flexibilidade para a organização do currículo. No âmbito da Educação Física,

no final do século XX, no Brasil, a grande discussão vai ser em torno da profissão (regulamentação profissional) em virtude da criação do bacharelado e da consulta aos cursos de graduação em Educação Física sobre a implantação da resolução. Esse ciclo se legitima em 1998 com a transformação da Educação Física de “ocupação” para “profissão”. Assim, as diretrizes de formação de professores ganharam novos suportes em 2001 e 2002, com mudanças significativas em termos de caracterizações e definições de critérios para a formação de professores e muitas discussões sobre seus encaminhamentos, ao se propor uma “nova cara” aos cursos de formação, pensando não mais na qualificação que estava centrada num conjunto de conhecimentos, habilidades e capacidades, mas ampliando esse contexto para além da formação humana e contemplando os problemas emergenciais como tecnologia, carga horária, infraestrutura, quantidade de prática, entre outros.

Benites, Neto e Hunger (2008), apontam que o currículo da educação física possuiu duas propostas, na inicial, a especificidade do profissional de Educação Física era estar capacitado para analisar o contexto social e intervir nas manifestações do movimento humano e na segunda, é esperado um profissional que possui como competência estar qualificado para atuar na docência.

Em contrapartida Bracht (1999), evidencia que, no tocante aos argumentos que validavam a Educação Física na escola sob a óptica conservadora em que eram consideradas a aptidão física e esportiva, não mais se amparam numa visão progressista de educação e Educação Física, no entanto, ao que tudo indica, nos dias atuais também não na perspectiva tradicional. É perceptível que a visão neotecnicista (economicista) de educação, que possui como intencionalidade o preparo do cidadão para o mercado de trabalho, acompanhada das mudanças tecnológicas em ascensão, pode em qualquer instante desconsiderar a Educação Física e não lhe conceder nenhum papel suficientemente significativo para justificar o investimento público, visto que, a revitalização do discurso da promoção da saúde é apenas uma diligência de setores conservadores em legitimar a Educação Física escolar, porém, há pouca probabilidade de retorno, visto que, há uma ascensão ao setor privado, e individualização da saúde promovida pelo Estado mínimo neoliberal. Ademais, o aumento da oferta e da utilização dos serviços ligados às diversas práticas corporais fora do âmbito escolar e do sistema tradicional do esporte, como por exemplo: as escolas de natação, academias, escolinhas de futebol, judô, voleibol, etc., oportunizam o ingresso à iniciação esportiva, às atividades físicas, sem se submeter à Educação Física.

González e Fensterseifer (2009) levantam uma série de questões, que hoje, uma década depois ainda se fazem relevantes para o campo da Educação Física. Os quais buscam entender qual é a intenção e tentam compreender a partir de teorias pedagógicas, qual é a justifica e a necessidade da Educação Física no âmbito escolar. Por que a Educação Física deve estar presente nos currículos escolares? Quais são os seus objetivos, conteúdos? Como tais conceitos devem ser ensinados nos distintos níveis de ensino da educação básica e como avaliar o seu ensino?

Para González e Schwengber (2012) o objetivo da Educação Física como componente curricular presente na escola, é fazer com que o aluno incorpore o universo da cultura corporal de movimento, que são os jogos, os esportes, as danças, as ginásticas, as atividades físicas expressivas, os exercícios físicos e as atividades da natureza. Construindo assim um cidadão que seja capaz de usufruí-la criticamente através de três dimensões de conhecimento, que são: as possibilidades do se movimentar humano, as práticas corporais sistematizadas vinculadas ao campo do lazer e à promoção da saúde e as estruturas e representações sociais que atravessam o universo das práticas corporais.

A Educação Física é um componente curricular cuja responsabilidade é tratar das práticas corporais na escola como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando aos/às estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos necessários à formação plena do cidadão (PERTUZATTI; DICKMAN, 2016, p.1).

Atualmente, de acordo com Brasil (2017, p.171), a Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e reprodução.

Para González e Fensterseifer (2010) a Educação Física tem se esforçado enquanto campo para que os educando tenham a oportunidade de contemplar desafios motores de maneira racional e sistematizada, buscando com que os alunos descubram diferentes possibilidades de se movimentar que não sejam aquelas oferecidas pelo seu meio cultural, usufruindo também de práticas que se vinculam ao campo do lazer, cuidado com o corpo e promoção da saúde, desenvolvendo entre outras, múltiplas experiências que possibilitem a eles se enxergarem de maneira crítica como indivíduos e como sujeitos no mundo através de representações sociais.

Um ponto importante a destacar, é que se faz necessário também, que a inclusão seja garantida de tal maneira que nenhum aluno seja ou se sinta excluído das aulas de Educação Física. Para isso é fundamental que haja uma variedade de aulas oferecidas pelos professores e pelas instituições escolares, deixando definitivamente de lado o arquétipo da aptidão física e da recreação. As aulas não devem ser apenas práticas e/ou confundidas com treinamento e iniciação esportiva, devendo-se utilizar não só os conteúdos procedimentais, mas também os atitudinais e conceituais. Além de levar em consideração as características, as capacidades e os interesses dos educandos em todas as esferas, sejam elas motoras, cognitivas, afetivas ou sociais. No mesmo sentido, é preciso também abranger os diversos conteúdos presentes na cultura corporal de movimento², tais como os jogos, os esportes, as lutas, as danças e as ginásticas, e não como vemos constantemente com a utilização de apenas um conteúdo nas aulas de Educação Física de escolas brasileiras (MONTEIRO, 2014).

Gostaria de encerrar essa seção com uma citação de González e Fensterseifer, que na minha opinião resume perfeitamente o estado atual da Educação Física escolar.

[...] é bom ter clareza de que esse novo projeto não existe enquanto prática hegemônica, o que significa que essa nova responsabilidade auto atribuída deva passar pela invenção de novas práticas pedagógicas. Assim, na nossa compreensão, a EF se encontra “entre o não mais e o ainda não”, ou seja, entre uma prática docente na qual não se acredita mais, e outra que ainda se tem dificuldades de pensar e desenvolver (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009, p.12).

² Incluo também a nova unidade temática presente na BNCC (PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA).

3. DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A imprescindibilidade para a construção de uma Base Nacional Comum Curricular se fez presente desde a constituição de 1988, sendo, no entanto, regulada somente a partir da aprovação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que expõe em seu artigo 26 um apontamento para uma base nacional comum para a educação básica, em que devem estar presentes em seu currículo os diferentes elementos que atendam às necessidades regionais da sociedade brasileira. Partindo do mesmo entendimento, são criados em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que visam ter como direção às discussões pedagógicas e contribuir na composição dos currículos escolares (SENA, 2016).

De acordo com Sena (2016), na Conferência Nacional de Educação (CONAE) do ano de 2010, vários profissionais se uniram para debater a necessidade da Base Nacional Comum Curricular, como parte de um Plano Nacional de Educação (PNE). Simultaneamente, no mesmo ano, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN) constituídas por leis que definiram metas e objetivos a serem buscados em cada área do conhecimento.

Enfim, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - 3º versão: 20 de dezembro de 2017, compreendemos que essa base servirá como ferramenta na direção da criação dos currículos escolares, indicando um norte para o professor acerca de quais são os conhecimentos fundamentais que os educandos deverão acessar em cada ano de formação.

A BNCC está disposta como uma continuidade das políticas/diretrizes educacionais anteriores, como por exemplo os PCN e as DCN, que segundo Mello (2017), deve ser vista como algo construído historicamente através das políticas públicas de educação, criadas por diferentes níveis de administração, em um contexto de uma perceptível fala e prática de políticas neoliberais³. Segundo alguns autores consultados na

³ De acordo com Mello (apud o historiador Ivor Goodson, 2014):

“A defesa de um novo currículo e de mudanças é proveniente, agora, de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O que é que esses sujeitos sabem sobre a educação? Nada.[...] Eles promovem e impulsionam as mudanças; eles podem dizer ‘nós precisamos de testes, e precisamos de professores mais responsáveis, precisamos deste currículo, precisamos de um currículo que seja mais econômico, não precisamos de Sociologia, nós precisamos...’. Eles podem dizer tudo isso e promover o que eles querem e legalizar isso.”

revisão de literatura realizada, a Base Nacional Comum Curricular que se refere ao Ensino Médio, possui uma crítica maior, pois, fica mais evidente que a sua construção/proposta está prioritariamente ligada à qualificação profissional e à técnica dos alunos e não ao desenvolvimento pessoal dos cidadãos. Porém, o presente trabalho não tem como objetivo prolongar a discussão acerca da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.

Destacam-se abaixo, ainda de acordo com Mello (2017), algumas das diretrizes curriculares formuladas através do Conselho Nacional de Educação (CNE), anteriores à BNCC:

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (03/2004)
- Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo (09/2007)
- Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (06/2009)
- Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (11/2009)
- Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (03/2010)
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (04/2010)
- Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (04/2010)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (07/2010)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (05/2011)
- Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância (12/2011)
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (03/2012)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (05/2012)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (05/2012)

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (06/2012)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (06/2012)

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental mostra-se estruturada por algumas Áreas de conhecimento específicas, que são apresentadas em: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Incorporados nessas áreas, encontram-se apresentados os componentes curriculares, sendo que a Educação Física está presente na área de Linguagens. Segundo o documento, os fundamentos pedagógicos presentes na BNCC visam construir os processos educativos atrelados às necessidades, possibilidades e benefícios dos alunos para que eles consigam tornar-se pessoas autônomas e aproveitem as áreas de conhecimento em suas vidas (BRASIL, 2017).

A BNCC vem trazer de forma legítima a organização dos conteúdos, definindo com clareza os objetivos de aprendizagem, os quais os educandos devem ter o direito de aprender, independente da escola que frequente. Somos conscientes de que é preciso algo muito amplo para oportunizar uma educação de forma igualitária para todos, mas consideramos a BNCC um passo importante nesse sentido (SENA, 2016, p. 233).

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 2015).

No entanto, com a implantação da BNCC surge um problema comum a ser levantado aos professores da educação básica brasileira em geral e em específico ao professor de Educação Física, que há algum tempo vem buscando um desenvolvimento profissional satisfatório e legítimo no âmbito escolar. Grande parte dos professores em exercício não conseguem desenvolver uma Formação Continuada, o que acarreta em um não aprofundamento das mudanças que a sociedade sofre ao longo do tempo e consequentemente uma ineficiência em sua especificidade no exercício docente.

De acordo com Chimentão (2009), em relação ao professor em exercício concerne algumas recentes demandas. Mais do que nunca, o educador deve estar sempre se atualizando e se mantendo bem informado, não apenas no sentido relacionado aos fatos e

acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas aptidões educacionais presentes.

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2002), as transformações que a sociedade atual sofre só poderão ser conduzidas através de um novo professor, que possua como meta a valorização da investigação, que seja um profissional crítico em relação a sua prática e que tenha sempre a atenção voltada para a Formação Continuada.

A nosso ver, a Formação Continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de Formação Continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola (CHIMENTAO, 2009, p.3).

Segundo Carvalho, Silva e Delboni (2017), a justificativa para a construção da BNCC se deu a partir da necessidade de planejar e correlacionar o sistema de educação, visando aperfeiçoar os currículos escolares, os sistemas de avaliação, a formação inicial e contínua dos professores. Já Saviani (2016) aponta que a proposta de uma base comum curricular nasceu no final dos anos de 1970, a partir da idealização em reformular os cursos de formação de professores, cuja proposta passou a ser discutida na I Conferência Brasileira de Educação, momento este em que foi criado o Comitê Pró Participação na reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, que passou a se chamar de Comissão Nacional pela Reformulação dos cursos de Formação de Educadores (CONARCFE), e posteriormente originou a atual Associação Nacional pela formação dos profissionais da Educação (ANFOPE), em 1990. Machado e Lockmann (2014) relatam que no caminho percorrido para a construção da BNCC, destacam-se a criação dos PCN, nos anos de 1997 e 1998 e a implementação dos DCN com suas respectivas reproduções.

No tocante à Constituição Federal de 1988, podemos constatar em seu artigo 22, XXIV que cabe à União legislar privativamente sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A referida norma constitucional serviu de base para a elaboração da LDB, que apresenta nos artigos abaixo, a importância do estabelecimento de uma Base nacional comum.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III – orientação para o trabalho;
- IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Observa-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação [...] incorporou [...] no Art. 26, que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum”; e, no Art. 64, que a formação dos profissionais da educação “será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional” [...]. Com efeito, a Lei 5.692, [...] de 1971 definiu [...] que “os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada...” (SAVIANI, 2016, p.74).

Corrêa e Morgado (2017), acentuam que a elaboração de um currículo nacional no Brasil não pode ser averiguada nem à margem do ordenamento jurídico efetivo, em que já se percebia uma imprescindibilidade desse documento, nem muito menos no contexto da atual política, ocasionadora de tensões muitas vezes com indícios opostos. Com a alegação de melhorar os ordinários resultados da educação brasileira, a BNCC foi declarada como uma política de Estado que pretende, somente, materializar alguns objetivos que já existiam na legislação do país. O decurso de resistência, principiado pelos que não concordam com a existência de um currículo nacional no país, da mesma maneira do jogo político explícito nesse trajeto, ratifica a concepção de que a base findará por conceber diversas intimidações para o agrupamento escolar e científico.

De acordo com Mello (2017) a BNCC também já havia sido mencionada nas metas 02 e 03 do PNE, onde indicavam uma proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove anos) para os alunos de seis a quatorze anos. Pelo fato de a educação brasileira ser considerada pouco eficiente durante a passagem dos alunos pela educação básica, as propostas de direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos presentes na BNCC são entendidas como propostas para um avanço e desenvolvimento do rendimento escolar brasileiro.

A realização do I Seminário Interinstitucional promovido pelo Ministério da Educação (MEC), reuniu assessores e especialistas para desencadear o processo a partir da publicação da Portaria nº 592, que instituiu a Comissão de Especialistas para a sua elaboração em 2015. Em outubro do mesmo ano, deu-se início a consulta pública para a construção da primeira versão da BNCC, com a participação da sociedade civil, de organizações e entidades científicas, tendo o MEC recebido mais de 12 milhões de contribuições. No período de junho a agosto de 2016, para debater a segunda versão da

BNCC, que tinha sido sistematizada por um grupo de professores da Universidade de Brasília (UNB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), foram realizados por todo o Brasil seminários abertos à participação pública, com professores, gestores, especialistas e entidades de educação, contabilizando mais de 9 mil contribuições. Em agosto do mesmo ano, começou a ser redigida a terceira versão, através de um processo colaborativo e com base na segunda versão (CORRÊA; MORGADO, 2017).

A Base [...] foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição [...], da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...] de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Em seu processo [...] reuniu membros de associações científicas [...] de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e[...] representantes [...] da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum (MARSIGLIA; PINA; MACHADO, 2017, p.108).

A terceira versão foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e posteriormente homologada pelo MEC no dia 20 de dezembro de 2017.

A Base [...] é um documento de caráter normativo que define [...] aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada [...] pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017, p.7).

A Educação Física está inserida na BNCC na área das “Linguagens”, em companhia dos demais componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Arte. A área de Linguagens, como mostra o documento: “[...] trata dos conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em práticas de linguagem, em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas”. Consoante o documento, tais conhecimentos viabilizam mobilizar e ampliar “[...] recursos expressivos, para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação. Proporcionam, ainda, compreender como o ser humano se constitui como sujeito e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos”. O ensino da Educação Física está fundamentado nas práticas corporais, compreendidas como formas de relação do ser humano com o mundo e de interação com os outros sujeitos, de modo que possibilitam a construção de sentidos e a produção de

cultura. Cada uma das práticas corporais presentes na BNCC constitui uma das seis unidades temáticas que devem ser desenvolvidas durante o Ensino Fundamental, são elas: Brincadeiras e jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas corporais de Aventura (BRASIL, 2017).

O reconhecimento e a difusão dessa concepção são imprescindíveis, visto que, a Educação Física não é só uma prática pedagógica, mas também uma prática social que se estabeleceu ao longo da história como construção humana da cultura corporal de movimento. Sabe-se que o processo de aprendizagem mediado pelo professor impulsiona o desenvolvimento das potencialidades dos alunos nas aulas de Educação Física, através de uma aproximação contextualizada e de uma valorização das aprendizagens dessa cultura, de tal modo a engrandecer a cultura corporal dos alunos, possibilitando assim a sua formação integral (MARTINELLI; MAGALHÃES, 2016).

A exploração do documento oportunizou o entendimento de que o parecer da Educação Física se assemelha a um prisma sociológico/fenomenológico⁴, no qual se enaltece a subjetividade humana e o indivíduo, isto é, com o escoamento do conteúdo de ensino para os filhos da classe trabalhadora que dependem da educação pública; essa perspectiva reduz a ação do professor e, dessa maneira, diverge das políticas educacionais neoliberais e pós-modernas provenientes dos organismos internacionais. Faz-se necessária, através da ocorrência do cenário nacional e mundial uma educação e uma Educação Física como componente curricular, que sejam pautadas no enaltecimento da história, da cultura e técnica da cultura corporal de movimento, na magnitude da mediação do professor para a aprendizagem do aluno e na criação de uma consciência crítica e reflexiva, frente à realidade social, com vistas a sua constante evolução (MARTINELLI; MAGALHÃES, 2016).

Esse é o preço que o documento paga pela carência de um referencial sólido e atual. Se o intento da Educação Física na área das Linguagens é tematizar as práticas corporais, espera-se que o cidadão projetado seja capaz de ler e analisar a ocorrência social das brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas, reconhecer suas múltiplas significações e reconstruí-las criticamente (NEIRA, 2018, p.5).

A “crise da escola” tem trazido uma determinada inquietação para o contexto educacional brasileiro e a BNCC vem sendo apresentada como uma das principais “soluções” para essa crise. Porém, segundo Cássio (2018) o empenho em implantar a

⁴ Ler estudos sobre fenomenologia do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty.

BNCC, não é apenas com a intenção de melhorar a qualidade da educação brasileira, mas está ligado também a fatores econômicos, pois, a implementação da BNCC apresenta um custo bem inferior aos previstos anteriormente no PNE, como também indica uma abertura para negociações com comércios privados na produção de materiais didáticos, formação docente deficiente, etc.

No tocante à atuação dos professores, três aspectos devem melhorar o contexto de sua atuação, são eles: competência profissional, identidade profissional, profissionalidade docente e por último a configuração e operacionalização docente. O professor necessita de um autonomia curricular e domínio das questões voltadas à educação. Podendo mobilizar e ampliar o processo de autonomia dos indivíduos, através da formação de um currículo próprio de cada escola, atendendo às reais necessidades da comunidade, criando assim um sentido real para o contexto escolar vivido pelos seus agentes, se livrando das uniformidades que existem há muito tempo (MORGADO, 2011). Destarte, Sousa (2015) afirma que uma proposta curricular só trará resultados significativos, a partir do momento em que os professores e as escolas possibilitem a sua efetiva aplicação através de um currículo voltado para a formação de identidade que viabilize sobretudo a construção de uma autonomia múltipla nos estudantes.

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2005, p.150).

Em contraponto a opinião de alguns autores acima, Nicoletti e Nicoletti (2016), apontam que a BNCC relacionada à Educação Física poderá conservar, refazer e sistematizar os conhecimentos fundamentais ao processo educacional de forma clara, conduzindo e aumentando as manifestações da cultura corporal de movimento. Dessa maneira, procura-se romper com os arquétipos obsoletos e reacionários que impossibilitam o desenvolvimento da Educação Física escolar e de seus alunos, baseados na ideia de que ela é apenas uma prática fora de contexto e que tenta lidar com a saúde dos educandos na escola e descobrir talentos esportivos, o que não é verídico. A Educação Física essencial é aquela que abrange e amplifica o conhecimento da e sobre a cultura corporal de movimento no âmago escolar e em seu presente contexto.

As diretrizes apontam para um processo de construção dialógica e coletiva do currículo, a ser realizado no contexto da escola [...] A definição da abordagem didático-pedagógica que irá orientar o projeto político-pedagógico da escola deve resultar de um pacto entre os sujeitos que constituem a escola: profissionais, conselhos e comunidade. Além disso, a construção de projetos pelas escolas, caminho de/para construção de sua autonomia, se constitui em meio de se libertar das lógicas de uniformidade e dependência (MELLO, 2017, p.19).

Conforme enunciam Carvalho, Silva e Delboni (2017) através do que já existe, é preciso recriar o currículo através de uma inteligência coletiva, debatendo, recriando saberes, fazeres e afetos da/na/com a escola. Pois, uma pesquisa recente evidencia que dentre as principais críticas realizadas na consulta pública da versão preliminar tratou-se predominantemente de críticas relacionadas a textos retirados de livros e referências dos currículos estaduais já existentes, ou seja, muito do que está proposto e sendo criticado na BNCC não é novo para os professores (CÁSSIO, 2018).

As únicas conclusões seguras a que podemos chegar até aqui são: 1) que uma nova política de currículo não proverá soluções para problemas que as políticas anteriores não foram capazes de enfrentar; 2) que a BNCC entra em conflito com uma série de políticas de currículo (nacionais e regionais) já existentes e semelhantes a ela em suas inclinações centralizadoras. Contudo, isso não significa dizer que a BNCC é uma política de currículo igual a todas as demais (CÁSSIO, 2018, p.242).

Deixo claro que minha intenção não foi a de defender ou não a implantação da Base Nacional Comum Curricular, mas sim, apontar diferentes opiniões dos autores que já levantaram questões sobre esse tema. Contudo, como a implementação da BNCC é algo que está sendo realizado no atual momento, precisaremos adiar um pouco esse debate para futuramente analisarmos os seus frutos e/ou problemas gerados.

Diante da implantação e da vigente implementação da Base Curricular de Sergipe, se fez relevante, mesmo que de maneira breve, enunciar acerca desse processo, visto que, inclusive, na coleta de dados da presente pesquisa, foi levantada uma questão acerca da participação dos professores das Redes públicas Estadual e Municipal de escolas localizadas no município de Aracaju, na construção do currículo de Sergipe, a partir da BNCC.

De acordo com Vichessi e Lessa (2018), a construção do currículo de Sergipe baseado na BNCC do Ensino Infantil e Fundamental está sendo realizada de forma democrática, com a participação de todos os 75 municípios que compõem o Estado, de 10 diretorias regionais de educação e ainda com a colaboração da Secretaria Estadual de Educação, da UNDIME, do Conselho Nacional de Educação (UNCME) e da Federação

dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (FENEN/SE), sendo que todo o processo está sendo financiado pelo MEC através do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (PROBNCC).

Em entrevista realizada pela revista Nova Escola (2018), a diretora do departamento de Educação da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe Ana Lúcia Lima da Rocha Muricy Souza e o coordenador estadual de currículo Adailson de Jesus Silveira, relataram acerca da construção do currículo de Sergipe e quais foram as principais dificuldades enfrentadas. Segundo eles, ocorreu uma parceria na construção do currículo entre as redes municipais e estaduais, considerando as especificidades e as necessidades regionais de todo o território sergipano. Dentre as principais dificuldades enfrentadas, eles destacam: questões referentes à interpretação do que está enunciado na Base Nacional Comum Curricular, as necessárias mudanças que precisarão ocorrer nas instituições de ensino e principalmente a indisponibilidade de horários para reuniões e debates. De acordo com eles, apenas o Sindicato de professores do Estado de Sergipe, ainda que tenha sido convidado e tenha feito questionamentos em relação à construção do documento, não participou da Comissão Estadual do PROBNCC.

Além da construção e implementação do currículo sergipano, os entrevistados enunciaram que está sendo realizado um fortalecimento da Secretaria Estadual, das Secretarias Municipais e das Diretorias Regionais de Educação do Estado, visto que, as mesmas também serão responsáveis pelo suporte necessário que as escolas, gestores e professores precisarão na implementação do currículo.

Segundo Oliveira e Lessa (2019), a primeira versão do currículo ficou disponível entre os dias 10 de agosto e 18 de setembro em sua plataforma digital, para que os profissionais da educação de maneira individual e/ou coletiva pudessem contribuir em sua construção. Foram totalizadas 83.864 colaborações na plataforma e ainda a participação efetiva de 4.415 educadores que compareceram nos oito Seminários Regionais realizados no Estado de Sergipe.

O Currículo de Sergipe referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental é formado por uma introdução denominada Travessias no Ensinar e Aprender e uma redação que aponta os Componentes Curriculares do Ensino Fundamental sistematizados por áreas de conhecimento: Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Portuguesa), Ciências Humanas (Geografia, História), Ciências da Natureza (Ciências), Matemática e Ensino Religioso e estão estruturados por unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, como se fazem presentes na BNCC.

O Conselho Estadual de Educação, no mês de dezembro de 2018, finalizou a análise do Currículo de Sergipe e, por meio do Parecer nº 388/2008 e da Resolução nº 4/2018, regulamentou o Documento Curricular no Sistema Estadual de Ensino, integrado pelas escolas públicas estaduais, escolas mantidas pela iniciativa privada e escolas públicas dos municípios que não apresentam sistema de ensino próprio. Ainda, segundo Ana Lúcia, 2019 será o ano marcado por inúmeros desafios, o Estado de Sergipe foi o segundo Estado brasileiro a aprovar o currículo referente ao Ensino Infantil e Fundamental e está servindo de referência, "contaremos com as formações continuadas dos professores e gestores escolares para a implementação do currículo de Sergipe pelas instituições de ensino" (OLIVEIRA; LESSA, 2019)

4. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ATUALIZAÇÃO, APROXIMAÇÃO E TOMADAS DE DECISÃO

Segundo Nóvoa (1992) e Dourado (2013), o aumento da discussão acerca da formação de professores é algo recente, e tem como propriedade a fundamentação de princípios e diretrizes, estabelecidos na formação inicial e continuada, indicando características e processos das instituições criadoras referentes aos procedimentos educativos, atreladas a métodos culturais, de identidade e de diversidade marcados por debates relativos à educação.

O entendimento de que era preciso criar um professor reflexivo, abandonando o caráter predominantemente técnico, veio apenas a partir dos anos de 1980. Benites, Neto e Hunger (2008) evidenciam que em 2002 e 2004 o CNE apontou a Licenciatura Plena como identidade para a atuação docente na Educação Básica, garantindo: o preparo do professor, a aprendizagem como um processo de construção de conhecimento, habilidades e valores, conteúdos como meio de suporte na constituição das competências e avaliação como parte integrante do processo de formação.

De acordo com Chimentão (2009), Machado e Lockmann (2014), o processo de Formação Continuada de professores tem ocorrido no entendimento de que a mesma é um processo constante de aprimoramento dos saberes fundamentais à atividade docente. Inicializada após a formação inicial, possui o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade para os educandos. Destaca-se que a formação contínua não despreza a indispensabilidade de uma adequada formação inicial, porém, para aqueles professores que já estão atuando, em um curto ou longo período, tal formação⁵ se faz relevante, visto que, com o avanço dos conhecimentos, tecnologias e as novas exigências do meio social e político impõem ao profissional, à escola e às instituições formadoras, uma continuidade e um aprimoramento da formação profissional, já que, o contexto atual da escola não é o mesmo e no decorrer do tempo sempre precisaremos nos portar de forma diferente, inclusive o papel do professor tem se transformado, uma vez que, são convocados para intervir em diversas situações que não são referentes à sua especificidade, se é que seria possível desvincular uma coisa da outra. Os próprios DCN (2013) especificam que as

⁵ Dourado (2013) anuncia que da mesma forma que a formação inicial é necessária para adentrar à docência, a Formação Continuada deve ser encarada como uma estratégia para que o professor tenha qualidade duradoura em sua atuação. Conservando em seu contexto uma prática reflexiva, aprimorando o conhecimento técnico, ético e político, reforçados através do apoio do MEC e das demais secretarias de Educação.

atividades docentes vêm ampliando o seu raio de atuação, pois, além do domínio do conhecimento específico, são solicitadas atividades pluridisciplinares que antecedem a regência e a sucedem ou a permeiam.

Os educadores produziram e evidenciaram concepções avançadas sobre **formação do educador**, destacando [...] a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. [...] a partir das transformações concretas no campo da escola, construiu a concepção de **profissional de educação**, que tem na docência e no trabalho pedagógico a sua particularidade e especificidade (DOURADO, 2013, p.376).

Se entender como professor em sua formação elementar e como ela se edifica ao longo da sua carreira do exercício docente é imprescindível para ter uma compreensão adequada das práticas pedagógicas escolares. Se tornar professor é um processo longo de aprendizagens com um fim indeterminado (NÓVOA, 1992).

Diversos estudos acerca da Formação Continuada de professores apontam que tal formação é imprescindível para um trabalho docente eficiente e que atenda às necessidades da comunidade escolar em que estão inseridos. A participação em cursos, palestras, leituras, a própria atividade em sala de aula contribui para que os professores atuem, modifiquem e transformem o contexto escolar e posteriormente reflitam sobre tais mudanças.

Dentro dessa perspectiva, a Formação Continuada, entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, pode possibilitar um novo sentido à prática pedagógica, contextualizar novas circunstâncias e ressignificar a atuação do professor. Trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática e permite articular novos saberes na construção da docência, dialogando com os envolvidos no processo que envolve a formação (IMBERNÓN, 2010, p.6).

No entanto, para atingir o objetivo da Formação Continuada, é necessário que ela seja significativa para o professor. Pois, segundo Nascimento (2000), as propostas de capacitação dos docentes estão apresentando um resultado ineficaz, e entre algumas das razões apontadas estão: a desvinculação entre teoria e prática; a ênfase excessiva em aspectos normativos; a falta de projetos coletivos e/ou institucionais.

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p.75).

Candau (1997), evidencia três aspectos imprescindíveis para o percurso da Formação Continuada de professores: a escola, como locus privilegiado de formação; o enaltecimento do saber docente; e o ciclo de vida dos professores. Tais aspectos implicam em mostrar que a Formação Continuada precisa, primeiramente, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor; posteriormente, valorizar o saber docente, isto é, o saber curricular e/ou disciplinar somado com o saber da experiência e por fim, prezar e desencadear o saber docente formado na prática pedagógica (teoria + prática). No tocante a ideia de conexão entre teoria e prática, Pimenta e Ghedin (2002), salienta que não podemos nos enganar pensando que somente a reflexão na prática e sobre a prática será satisfatória para o direcionamento pertinente de todos os problemas enfrentados no fazer pedagógico.

Embora a Formação Continuada deva atender às necessidades do professor no seu cotidiano, ela não pode ser entendida como um receituário, ou seja, um conjunto de modelos metodológicos e/ou lista de conteúdos que, se seguidos, serão a solução para os problemas. Os processos de Formação Continuada podem ser valiosíssimos, se conseguirem aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica (CHIMENTÃO, 2009, p.5).

A Formação Continuada deve ser qualificada para esclarecer ao professor de que teoria e prática não podem ser partes opostas, e sim que a teoria o ajuda a ter um melhor entendimento em sua prática e a lhe dar fundamento e, conseqüentemente, que a prática propicia uma melhor assimilação da teoria apresentando-lhe a necessidade de nela apoiar-se. A Formação Continuada será significativa e ajudará a provocar mudanças na postura do professor quando conseguir formar um docente: a) competente na sua profissão, a partir dos recursos de que ele dispõe; b) dotado de uma fundamentação teórica consistente; e c) consciente dos aspectos externos que influenciam a educação, uma vez que a educação não se condensa à sala de aula ou à escola, mas está vigente num contexto cujos aspectos são mediados em sua jornada (CHIMENTÃO, 2009).

Consoante, Benites, Neto e Hunger (2008), a competência de um professor deve ser observada através dos seguintes critérios: ele deve dominar os conteúdos específicos da sua área, possuir compreensão da dimensão estética articulando o campo intelectual com o afetivo, estabelecer objetivos em suas ações e se engajar para conseguir alcançá-los e ainda utilizar a ética para que se consiga alcançar as metas para benefício do bem comum.

No tocante à Formação Continuada e à Educação Física, Sena (2016) relata que após a abertura da consulta pública da Base Nacional Comum Curricular, os educadores de todo país foram convocados a conhecer e contribuir na elaboração da mesma, em que deveria existir um princípio norteador dos docentes, usando-a como orientação no seus fazeres pedagógicos. A participação ativa no debate da elaboração da BNCC revelou a importância de se estabelecer sistematicamente canais de comunicação com o professor, por ser este o possuidor de um saber e de uma experiência, que precisam estar presentes em um processo de construção democrático. Desse modo, a Formação Continuada realizada durante o processo de construção e na presente implantação da BNCC se constitui em locus privilegiado da reunião e socialização do conhecimento da Educação Física escolar.

A BNCC declara que um dos papéis complementares de suas proposições é criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente que possibilitem aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem, mantendo processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino (BRASIL, 2017, p.13).

De acordo com Nicoletti e Nicoletti (2016), tais fatos demandarão do professor em exercício a presunção de seu papel como docente, atribuindo ao mesmo, também a responsabilidade pela aprendizagem do aluno. Evidencia-se também, a necessidade da participação e integração do professor de Educação Física na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, no qual o mesmo precisará assegurar tal tarefa, já que todos os componentes curriculares representados por seus respectivos professores têm a obrigação de contribuir e de não faltar a sua responsabilidade na construção e aplicação de tal projeto durante cada ano letivo.

Destaca-se que uma formação⁶ digna para os professores é uma missão um tanto ou quanto complexa, pois, não são quaisquer deliberações que apresentarão resultados satisfatórios, em virtude de que, uma formação do profissional docente que não contemple

⁶ De um modo geral, os cursos de formação de professores para a educação básica devem ser organizados para atender a um conjunto de requisitos legais, dentre eles: a) compatibilidade com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados; b) possibilidade de complementação de estudos, de modo a permitir aos graduados a atuação em outra etapa da educação básica; c) formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento; d) articulação entre os cursos de formação inicial e os diferentes programas e processos de Formação Continuada (DOURADO, 2013, p. 384).

os campos dos vigentes salários insuficientes, do contexto escolar precário e da inexistência de um plano de carreira se distancia do caminho de soluções para com as licenciaturas e conseqüentemente para que aja uma boa educação no Brasil (PEREIRA, 1999).

Conforme evidencia Weber (2003), apenas após tais deliberações é que será possível que o profissional docente consiga alcançar a meta estabelecida pelo CNE, no (Parecer: 09/2001, p. 28), que contempla como uma atuação ideal do professor, quando ele conseguir: mobilizar múltiplos recursos numa mesma situação, entre os quais os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal para responder às diferentes demandas das situações de trabalho, agir com profissionalismo, não só no domínio dos conhecimentos específicos, mas em questões relacionadas ao trabalho, tomar decisões e assumi-las e acima de tudo, avaliar criticamente as suas ações, agindo de modo a contribuir para o bem geral da sociedade.

É relevante destacar, que após a homologação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Infantil e Fundamental em dezembro de 2017, ocorreu também a aprovação da Resolução para a implementação da Base Nacional Docente, que visa orientar as normas, currículos de graduação e ainda contemplar a Formação Inicial e Continuada de professores, para que os mesmos sejam capacitados para garantir aos alunos as aprendizagens essenciais presentes na BNCC. Antes da aprovação final, o documento normativo deverá ser construído democraticamente, de maneira semelhante à Base Nacional.

Para Peres, Yoshida e Semis (2018), tal proposta deve estar relacionada com medidas que assegurem que a formação esteja intrinsecamente ligada com a realidade apresentada no contexto escolar brasileiro, dado que, há uma distância entre o que os cursos de Pedagogia e de Licenciaturas oferecem e a realidade presente nas escolas. O MEC acredita que essa iniciativa se dá pela necessidade de qualificação dos professores, visto que, ele é um dos agentes principais que garantirão a qualidade da educação, então nada mais justo que o tornar competente e valorizado. Para aproximar as escolas da universidade, foi pensada uma revisão no estágio realizado pelos alunos em que o mesmo será substituído pela residência pedagógica, aumentando o tempo e a proximidade dos futuros professores no âmbito escolar desde o início dos cursos. A Base Nacional Docente almeja que esses futuros docentes não apenas dominem o conhecimento pedagógico, mas estejam preparados para suprir as demais necessidades dos alunos. O documento, assim

como a BNCC está cumprindo algumas das metas estabelecidas pelo PNE, que apresentam como ideia central um acompanhamento dos professores iniciantes, utilizando inclusive a prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que terá validade de cinco anos para que os professores recém formados e os que já estejam atuando possam estar habilitados à docência, o exame servirá ainda como critério para a realização de concursos públicos.

No texto preliminar a Base Nacional Docente elenca algumas competências profissionais que os professores precisarão contemplar, divididas em três dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. O conhecimento profissional lhe dará a oportunidade de se relacionar com a realidade, observando competências que lhe caberão em seu exercício docente. A prática profissional lhe garantirá a vivência no processo de aprendizagem que são necessários aos professores durante a formação inicial e continuada. E o engajamento profissional trata-se da atribuição moral e ética que o docente precisa ter para com os alunos, a escola e a comunidade em geral, além de uma reflexão crítica que vise a melhoria da sua prática docente (PERES; YOSHIDA; SEMIS, 2018).

A Base de Formação Docente indica que seja criada uma organização nacional [...] As atribuições desta proposta seriam [...] criar novas políticas ao longo do tempo; gerenciar normativas específicas e gerir programas relacionados à implantação da política; avaliar cursos, alunos, professores; auxiliar as redes na implementação de planos de carreira, de valorização profissional e de medidas de qualidade. O texto deixa aberta a participação [...] por membros do governo federal, de instituições do terceiro setor e representantes do sistema docente (PERES; YOSHIDA; SEMIS, 2018, p. 5).

De acordo com a revista Nova Escola (2018), a proposta para o plano de carreira e a Formação Continuada dos professores contemplará quatro níveis de carreira docente, que serão: recém-graduados, professores proficientes, professores altamente experientes e professores líderes, que podem ser lidos como: estágio inicial, probatório, carreira avançada e líder. A partir daí haverá avaliações de atuação realizadas pelas redes de ensino em que os educadores estejam lotados, que implicarão, inclusive, na revisão salarial.

O documento atual foi entregue ao CNE pelo ministro da Educação Rossielle Soares da Silva, no dia 14 de dezembro de 2018 e aguarda as próximas deliberações. A discussão acerca da construção da Base Nacional Docente está apenas começando e espera-se que essa proposta contemple as necessidades de todos os envolvidos, de

maneira que tal medida alcance conseqüentemente a tão esperada melhoria da educação básica brasileira.

5. METODOLOGIA

O presente estudo se configura pela abordagem Quali-Quantitativa, que de acordo com Souza e Kerbaui (2017) (apud Flick (2004)), a convergência dos métodos quantitativos e qualitativos proporcionam mais credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados, evitando o reducionismo à apenas uma opção. Dentre as contribuições da pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa, o autor destaca: reúne controle de vieses (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos na investigação (métodos qualitativos); agrega a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (métodos qualitativos); enriquece constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência; e a validade da confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas.

As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares. Logo, a literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem [...] que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. [...] (SOUZA; KERBAUY, 2017, p.40).

O tipo de pesquisa caracterizou-se por Pesquisa Descritiva, que segundo Gil (2009), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário, entrevistas e a observação sistemática.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: a revisão bibliográfica e questionários estruturados. Após formular diversas perguntas, foi feita posteriormente a seleção das questões para o questionário que contemplasse melhor o nosso objeto de estudo. O questionário foi dividido em três blocos que contemplavam as seguintes questões que buscamos investigar: Bloco 1 - questões 1 a 6 (Formação e atuação profissional), bloco 2 – questões 7 a 16 (Atualização, aproximação e tomada de decisão em relação à BNCC) e bloco 3 - questões 17 a 20 (Formação Continuada desses professores).

A população e a amostra da pesquisa foram representadas por professores do componente curricular Educação Física das redes públicas estadual e municipal de escolas de ensino fundamental (séries iniciais e finais), localizadas em Aracaju-SE, no período de novembro de 2018 a janeiro de 2019.

Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir da revisão bibliográfica, produzida a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Para Gil (2009), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa se referem às investigações, às ideologias ou àquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Já, por questionário, entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo público alvo e é considerado o meio mais rápido e de baixo custo para a obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato do pesquisado (GIL, 2009).

Por fim, foi realizada uma organização, análise e interpretação dos dados e uma elaboração do resultado estatístico traduzido em gráficos e em relatórios conclusivos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos a seguir os resultados obtidos na coleta de dados, que foi realizada através de questionários respondidos por 32 (trinta e dois) professores de Educação Física do ensino fundamental das redes públicas estadual e municipal de escolas localizadas no município de Aracaju - Sergipe. Os questionários foram respondidos de forma voluntária mediante assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido.

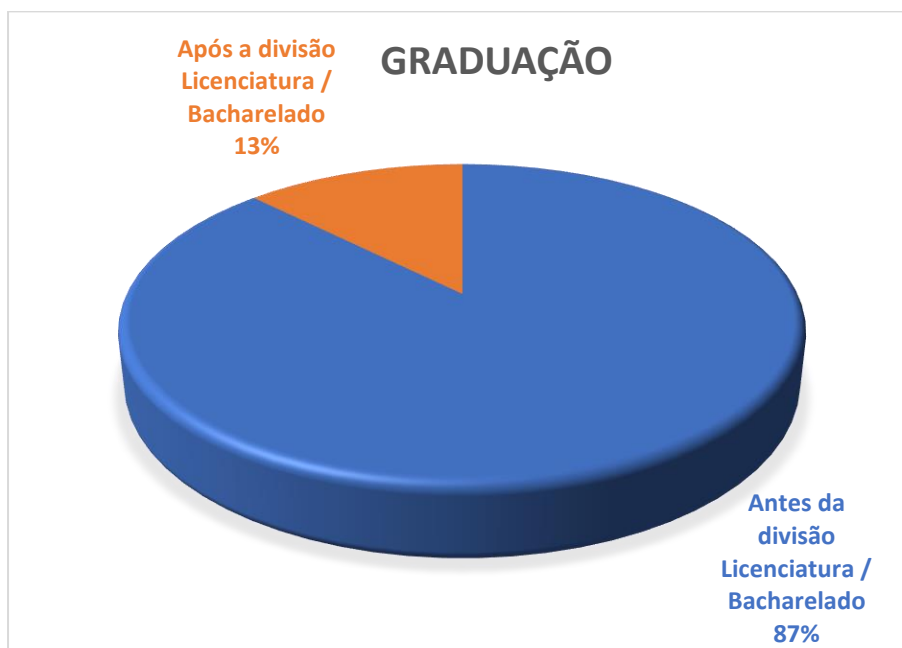
BLOCO 1 – FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Gráfico 1



No gráfico 1 buscamos identificar em qual tipo de instituição o profissional atua. Destaco que inicialmente tínhamos também a intenção de abordar os professores de escolas privadas para realizar uma análise comparativa entre as duas redes de ensino, porém, devido ao período de coleta coincidir com o período de férias da rede privada, não foi possível fazê-la. Contudo, dentre os professores presentes nas instituições públicas contempladas na pesquisa, 05 deles (16%), atuam também na rede privada de ensino, enquanto que 27 professores (84%), exercem a sua função apenas em escolas da rede pública.

Gráfico 2



A partir da análise do gráfico 2 pudemos observar que a maioria, cerca de 28 professores (87%), realizaram a sua graduação anteriormente à separação dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, enquanto que apenas 04 deles, (13%) foram formados após a divisão.

Gráfico 3



No tocante à formação acadêmica dos professores, pudemos constatar que 23 deles (72%) se graduaram em instituições públicas, enquanto que 9 (28%), tiveram sua formação realizada em uma instituição particular.

Gráfico 4



No gráfico 4, procuramos verificar quantos vínculos empregatícios os professores possuem na educação básica. Foi observado que 15 deles (47%), possuem apenas um vínculo, 17 (53%) dispõem de dois vínculos e nenhum deles possuem três vínculos.

Gráfico 5



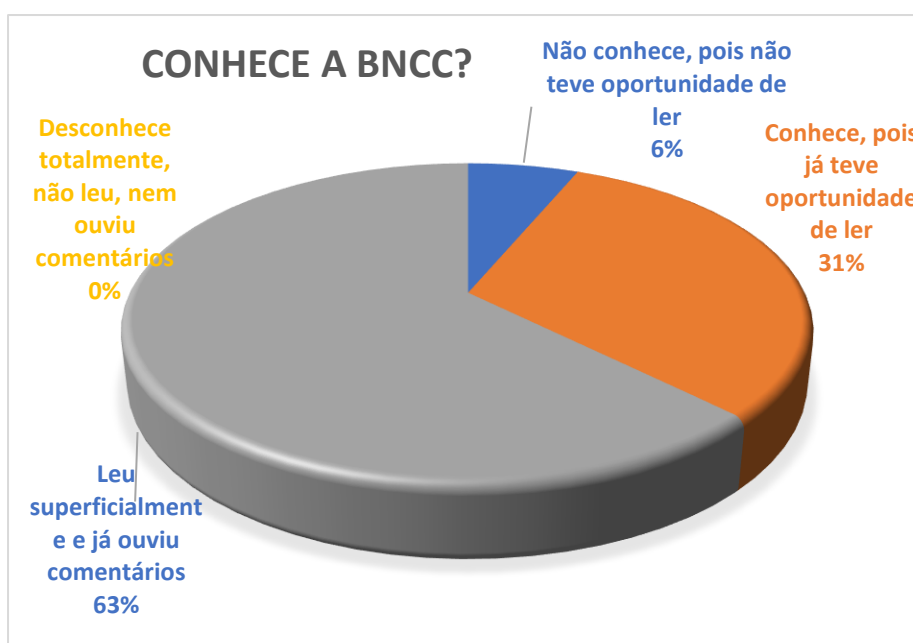
Na pergunta apresentada no gráfico acima, tivemos a intenção de investigar a quantidade de horas semanais que os professores geralmente utilizam em casa para realizar atividades docentes. Mais da metade, 17 professores (53%) demandam até 8h/s de atividades, 4 docentes (12%) de 8 a 12h/s, tivemos também 4 (13%) que realizam de 12 a 20h/s, 2 deles (6%) realizam o trabalho acima de 20h/s e 5 professores (16%) afirmam não levar trabalho para casa.

Pudemos constatar que a maioria dos professores investigados atuam somente em escolas públicas e realizaram a sua formação inicial também em Instituições públicas. Porém, destaca-se que a maior parte deles tiveram a sua formação inicial através do currículo unificado. Tal predominante formação possivelmente dificulta a aquisição, interpretação e implementação de uma normativa como a Base Nacional Comum Curricular, visto que, antes da separação dos cursos de Educação Física, os autores já apontados anteriormente na revisão de literatura relatam que havia pouca preparação e domínio na formação acadêmica desses professores em relação ao âmbito escolar, o que não os desqualificam, apenas dificulta a sua atuação, visto que, tal fato demonstra que quando foram graduados possuíam uma outra proposta de formação. No tocante à atuação profissional desses docentes, destaco que pouco mais da metade dos entrevistados relatam

possuir dois vínculos empregatícios e a maioria demanda uma considerável necessidade de trabalho fora do âmbito escolar, deixando claro que a exigência em possuir mais de um vínculo de trabalho acarreta em uma possível sobrecarga desses professores, gerando de tal maneira prejuízos para todos os envolvidos.

BLOCO 2 – ATUALIZAÇÃO, APROXIMAÇÃO E TOMADAS DE DECISÃO EM RELAÇÃO À BNCC

Gráfico 6



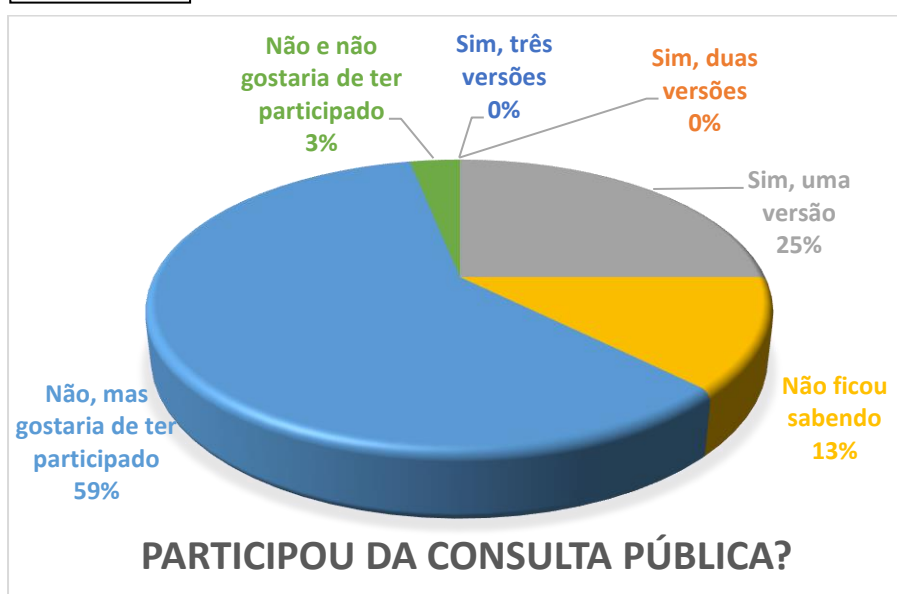
Em relação ao conhecimento dos professores acerca da BNCC, pudemos constatar que 20 professores (63%) já leram superficialmente e ouviram falar da BNCC, 10 deles (31%) conhecem, pois já tiveram oportunidade de ler, 2 professores (6%) não conhecem, pois não tiveram oportunidade de ler e nenhum professor desconhece totalmente, não leu ou não ouviu comentários sobre a BNCC.

Gráfico 7



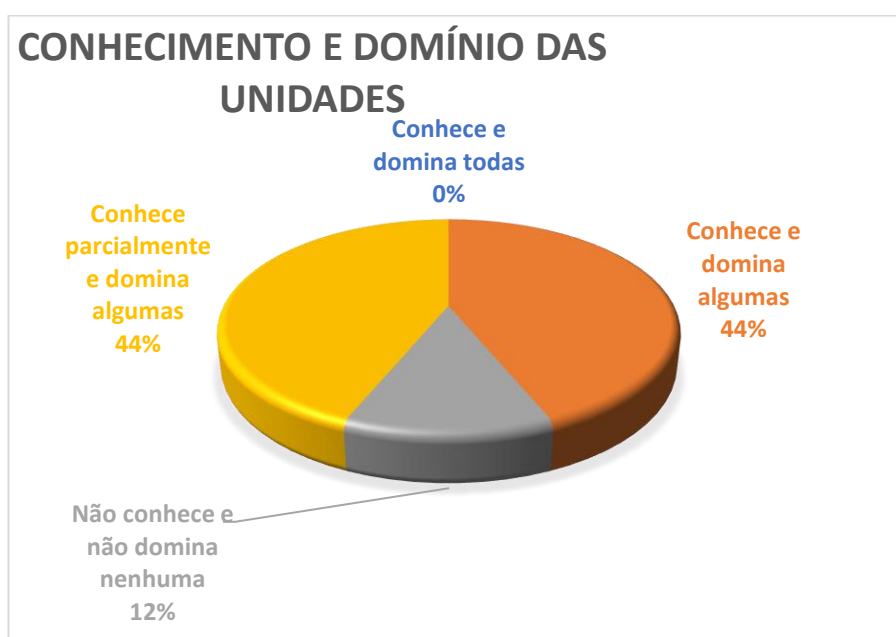
No respectivo gráfico, procuramos identificar qual foi a fonte que os professores investigados tiveram conhecimento acerca da BNCC. 14 professores (43%) ficaram sabendo através de cursos, palestras e/ou afins, 11 (33%) souberam através da instituição que leciona, 4 deles (12%) através da mídia e outros 4 também (12%) através de colegas professores.

Gráfico 8



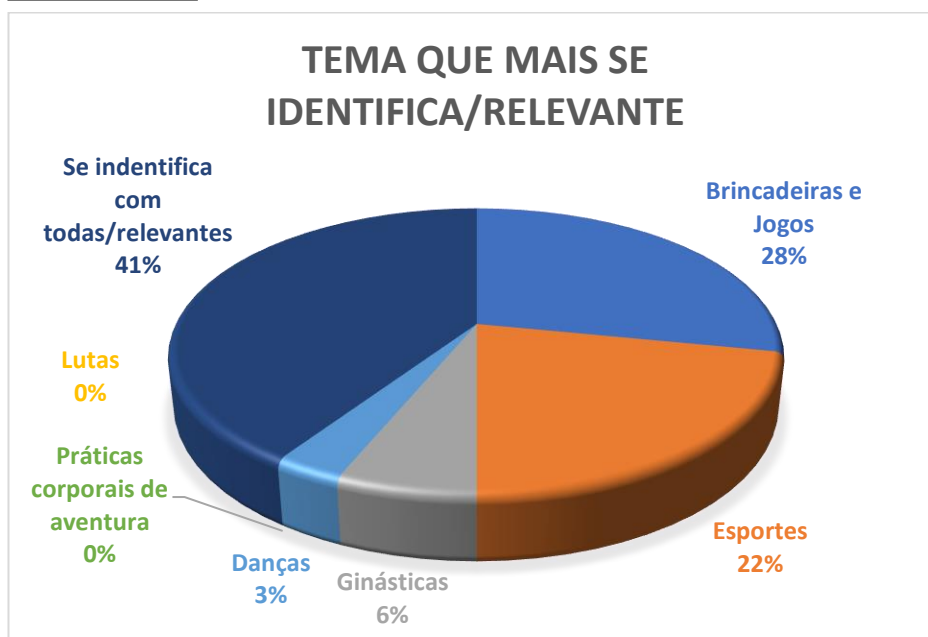
Observamos no gráfico acima que mais da metade, cerca de 19 professores (59%) não participaram, mas gostariam de ter participado das consultas públicas realizadas na construção da BNCC, 8 professores (25%) participaram de apenas uma versão, 4 deles (13%) não ficaram sabendo das consultas, 1 professor (3%) informou que não participou e não gostaria de ter participado e nenhum professor participante (0%) participou de duas ou três versões da construção da BNCC.

Gráfico 9



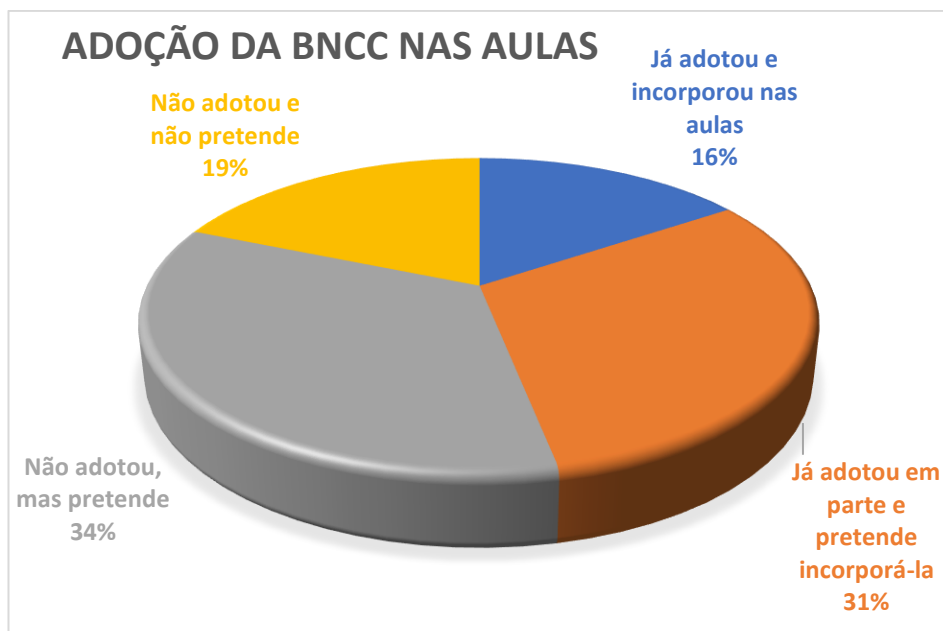
Em relação ao conhecimento e domínio das unidades temáticas referentes à Educação Física presentes na BNCC, os professores apresentaram os seguintes dados: 14 professores (44%) conhecem parcialmente e dominam algumas unidades, outros 14 (44%) conhecem e dominam algumas, 4 professores (12%) afirmam não conhecer e dominar nenhuma, e nenhum professor (0%) conhece e domina todas as unidades temáticas.

Gráfico 10



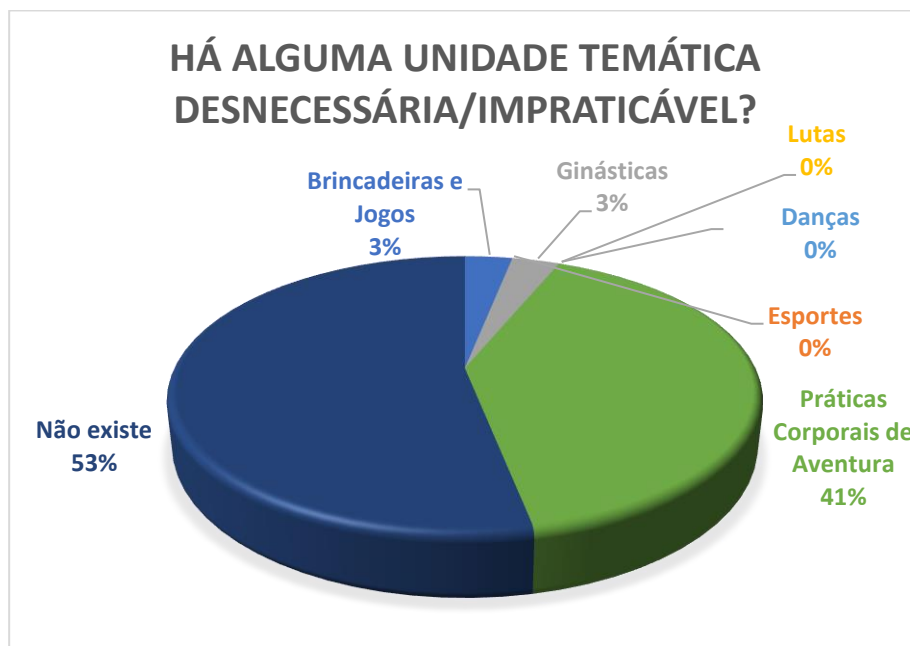
Dentre as unidade temáticas presentes na BNCC, 13 professores (41%) que participaram da pesquisa demonstram que se identificam com todas as unidades e/ou acham todas relevantes, 9 deles (28%) têm preferência pelas Brincadeiras e Jogos, 7 professores (22%) destacam os Esportes, 2 (6%) as Ginásticas, apenas 1 professor marcou as Danças (3%) e nenhum professor (0%) se identifica e/ou acha as Lutas e as Práticas Corporais de Aventura relevantes.

Gráfico 11



Analisando o gráfico acima, pudemos observar que cerca de 11 professores (34%) ainda não adotaram, mas pretendem adotar a BNCC no planejamento das suas Unidades/Aulas, 10 deles (31%) já adotaram em parte e pretendem incorporá-la, 6 não adotaram e nem pretendem (19%) e apenas 5 professores (16%) já adotaram e incorporaram em suas aulas.

Gráfico 12



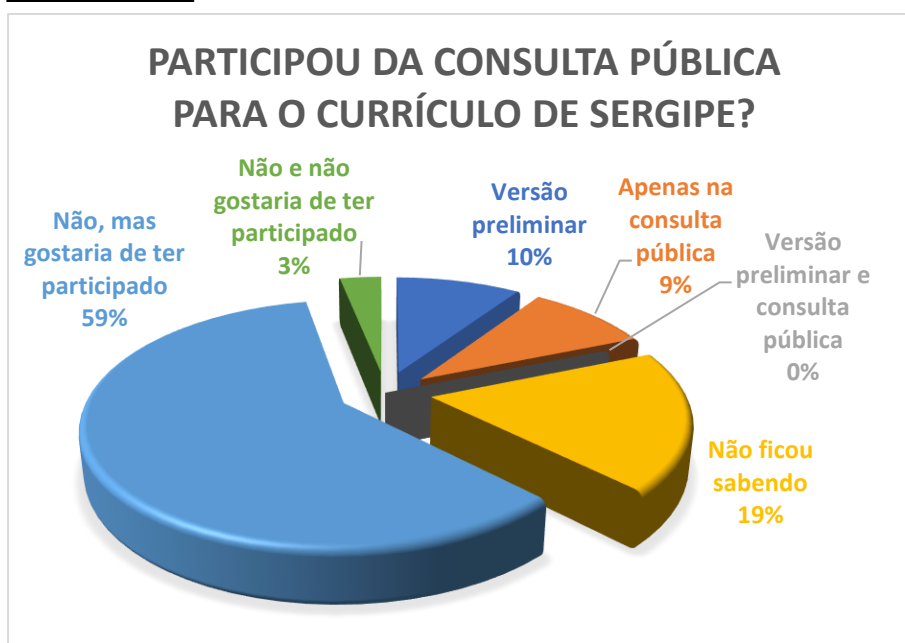
De acordo com o gráfico, 17 professores (53%) acreditam que na BNCC não existe nenhuma unidade temática desnecessária ou impraticável, em contrapartida, 13 deles (41%) marcaram as Práticas corporais de aventura, 1 (3%) assinalou Brincadeiras e Jogos, um outro professor 1 (3%) marcou as Ginásticas e nenhum professor (0%) acredita que as Lutas, as Danças e os Esportes sejam desnecessários ou impraticáveis no contexto escolar.

Gráfico 13



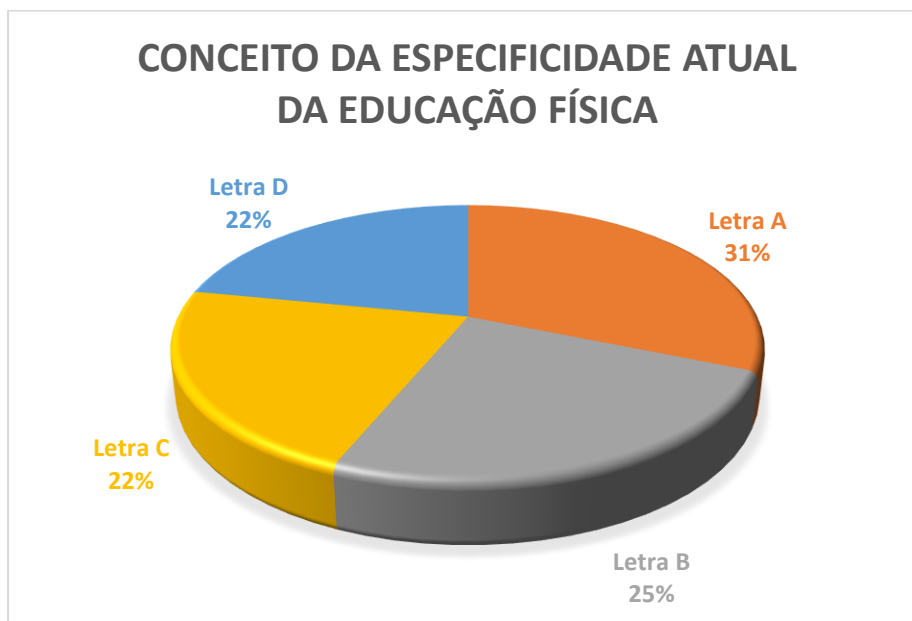
No que diz respeito às possíveis dificuldades que os professores terão no planejamento das unidades/aulas, apresentamos os seguintes dados: 13 professores (41%) afirmam que não terão dificuldades. Dentre os que terão, 11 professores (34%) alegam que será por conta do seu contexto escolar não ser propício, 4 deles (13%) afirmam que é devido à má construção da BNCC e os últimos 4 (12%) relatam que terão dificuldades por não possuírem domínio acerca das unidades temáticas.

Gráfico 14



Na pergunta referente à participação dos professores nas consultas públicas, que foram realizadas para a construção da Base Curricular de Sergipe, pudemos notar que mais da metade, cerca de 19 professores (59%) não participaram, mas gostariam de ter participado, 6 (19%) não ficaram sabendo, 3 (10%) participaram apenas da versão preliminar, outros 3 (9%) participaram apenas de uma consulta, apenas 1 professor (3%) não participou e não gostaria de ter participado e nenhum professor (0%) participou da versão preliminar juntamente com alguma consulta pública.

Gráfico 15

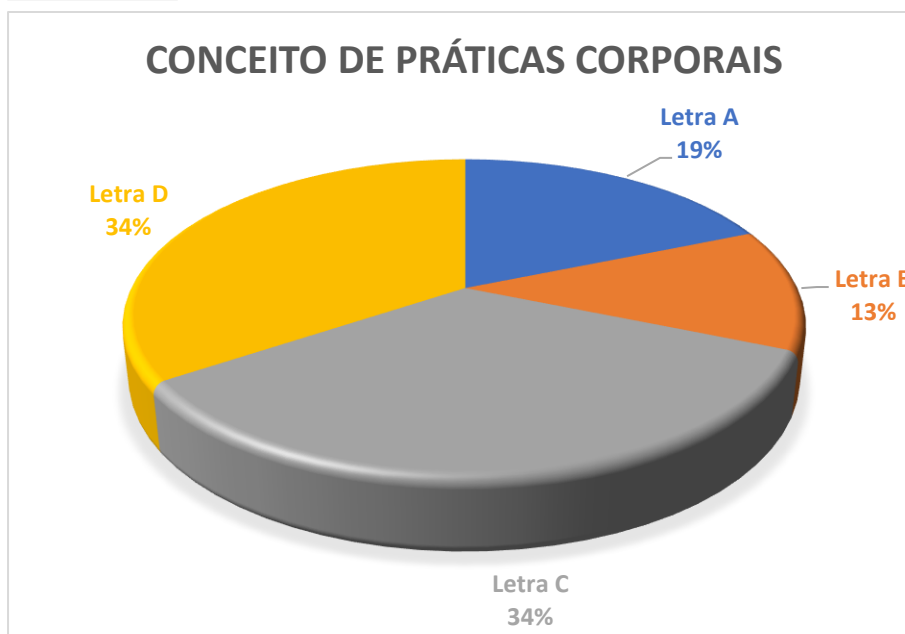


Nessa questão tivemos como objetivo identificar se os professores estão inteirados acerca do conceito da especificidade atual da Educação Física que se encontra presente na BNCC. Todas as respostas foram retiradas de documentos que possuíam caráter de base e formação para professores durante diferentes épocas.

- 10 professores (31%) marcaram a letra A - A Educação Física é o componente curricular que visa garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-las, e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente. PCN - (BRASIL, 1997). **RESPOSTA INCORRETA**
- 8 professores (25%) marcaram a letra B - A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade. BNCC - (BRASIL, 2017, p.171). **RESPOSTA CORRETA**
- 7 professores (22%) marcaram a letra C - A Educação Física é uma disciplina obrigatória na rede básica de educação, tendo como objetivo o ensino de jogos, atividades rítmicas, ginásticas, práticas esportivas e práticas de aptidão física em benefício da qualidade de vida. **RESPOSTA INCORRETA**

- 7 professores (22%) marcaram a letra D - A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992). **RESPOSTA INCORRETA**

Gráfico 16



Nessa questão tivemos como objetivo identificar se os professores estão inteirados acerca do conceito presente na BNCC do que são práticas corporais.

- 6 professores (19%) marcaram a letra A - Qualquer movimento corporal, independente da intensidade, que não seja elaborado especificamente com a finalidade de aprimoramento da aptidão física (SILVA, 2015). **RESPOSTA INCORRETA**
- 4 professores (13%) marcaram a letra B- São atividades estruturadas e previamente planejadas, que se destinam a aprimorar o condicionamento e a aptidão física, não associado apenas a saúde, e sim, a capacidade atlética de desempenho de cada pessoa (SILVA, 2015). **RESPOSTA INCORRETA**
- 11 professores (34%) marcaram a letra C- São diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade, ou seja, são textos

culturais passíveis de leitura e produção. BNCC - (BRASIL, 2017, p.171).

RESPOSTA CORRETA

- 11 professores (34%) marcaram a letra D - A busca em atingir condições de vida através de ações educacionais e ambientais sobre vários aspectos da saúde, intervindo sobre efeitos sociais por experiências e aprendizagens que possam melhorar o estilo de vida das pessoas, diretamente sobre o comportamento humano (SILVA, 2015). **RESPOSTA INCORRETA**

Através das respostas apresentadas referente à BNCC, é perceptível que todos os professores entrevistados possuem conhecimento em pequenas ou maiores medidas acerca da Base Nacional Comum Curricular e do currículo de Sergipe, e que as principais fontes de informação acerca da mesma foram realizadas através de cursos/palestras e instituições em que estão lotados. Porém, mesmo com todos os professores possuindo conhecimento sobre o documento, a maioria, em ambos documentos, gostaria de ter contribuído, mas não receberam a informação de que poderiam participar de forma direta na construção da normativa, que posteriormente precisariam seguir. No entanto, cabe a reflexão de que tal comunicado foi de alguma forma deficiente, pois não atingiu de maneira efetiva os sujeitos mais importantes.

Em relação ao domínio das unidades, verificamos que nenhum dos professores conhece e domina todas as unidades temáticas presentes na BNCC, o que é de alguma maneira compreensível, devido às amplas e diferentes concepções necessárias para dominar tais unidades, contudo, se faz necessário ao menos o conhecimento pedagógico das mesmas, que há algum tempo já são apresentadas como conteúdo da cultura corporal de movimento, com exceção das práticas corporais de aventura, que acredito que justamente pela falta de conhecimento dessa nova unidade, a mesma foi marcada por grande parte dos professores como um tema impraticável/desnecessário e sem relevância/identificação, porém, ressalto que alguns autores como, por exemplo, González (2012), já a apontava como uma prática corporal necessária.

No tocante à futura e breve adoção à BNCC, a maioria dos professores têm a intenção de utilizá-la em suas práticas pedagógicas. Destaco que, embora quase metade dos docentes afirmaram que não terão dificuldades, uma outra parte considerável acredita que haverá dificuldades principalmente por conta do contexto escolar impróprio para a sua aplicação, o que implica em outras variáveis.

Nas duas últimas perguntas desse bloco, onde nos referimos ao conceito da especificidade atual da Educação Física e ao conceito de práticas corporais, constatamos que apenas $\frac{1}{4}$ dos professores compreendem a especificidade atual da Educação Física e aproximadamente um terço compreendem as práticas corporais. Dados que nos mostra uma preocupação, pois, tudo que envolve a prática pedagógica dos professores de Educação Física apresenta-se a partir da compreensão destes dois conceitos.

BLOCO 3 – FORMAÇÃO CONTINUADA

Gráfico 17



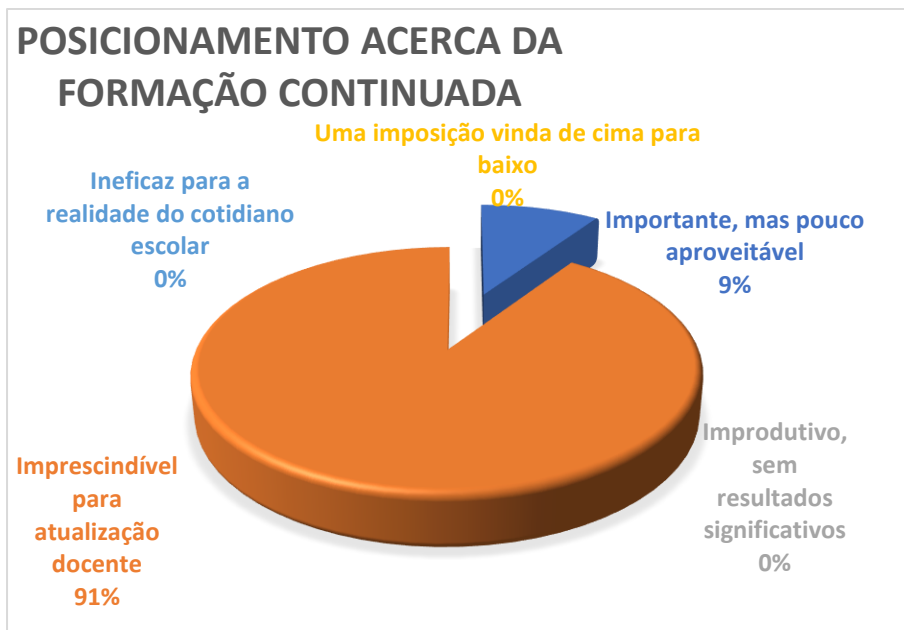
Conforme apresentamos no gráfico acima, em relação a Formação Continuada, 25 professores (76%) possuem Especialização (Lato Sensu), 2 deles (6%) possuem Mestrado/Doutorado (Stricto Sensu) e 6 professores (18%) não possuem pós-graduação.

Gráfico 18



No presente gráfico, observamos que dos 32 professores entrevistados, 23 deles (48%) realizaram cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento, 19 (40%) participaram de palestras, congressos, colóquios e/ou seminários, 4 (8%) frequentaram cursos a distância e apenas 2 (4%) participaram de programas nos últimos 5 anos.

Gráfico 19



No tocante ao posicionamento dos professores em relação à Formação Continuada, a maioria, 29 deles (91%), acredita que a mesma é imprescindível para a atualização docente, 3 professores (9%) acham importante, mas pouco aproveitável e nenhum professor (0%) acredita que a Formação Continuada é ineficaz para a realidade do cotidiano escolar ou improdutiva, sem resultados significativos.

Gráfico 20



Quase metade, cerca de 15 professores, evidenciaram que pretendem realizar cursos de Formação Continuada apenas quando houver algum de seu interesse (47%), 9 deles (28%) afirmam que sempre estão se atualizando, 5 pretendem realizar uma vez ao ano (16%), 2 professores (6%) desejam realizar todo semestre e apenas 1 (3%) marcou que realizará a Formação Continuada apenas quando a instituição oferecer.

Gráfico 21



Na questão do gráfico acima tivemos a intenção de identificar quais são as principais dificuldades ou impedimentos que os professores têm em realizar uma Formação Continuada.

- 10 professores (31%) marcaram a letra A, na qual informaram que a instituição de ensino onde trabalham pouco oferece cursos de atualização.
- 11 professores (34%) assinalaram a letra B, destacando que os horários dos cursos de formação chocam com os horários de aula da escola em que lecionam.
- 4 professores (13%) marcaram a letra C, indicando que só possuem disponibilidade de horários aos fins de semana.
- 2 professores (6%) assinalaram a letra D – Onde enunciam que não realizam cursos de Formação Continuada devido à falta de motivação e desânimo.
- E 5 professores (16%) marcaram a letra E - Trabalham em outros locais (Instituição de ensino ou autônomo) e não sobra tempo para cursos de atualização.

Levando em consideração os dados referentes às respostas acerca da Formação Continuada dos professores investigados, constatamos que a maioria deles possuem pós-graduação, participaram nos últimos anos principalmente de cursos de capacitação/aperfeiçoamento e palestras e afins e têm como opinião quase unânime, que a realização de uma Formação Continuada é essencial para o efetivo exercício docente,

destacando que as principais dificuldades enfrentadas por eles na realização de tal formação são a falta de iniciativa da instituição em fornecer tais cursos e a incompatibilidade de horários dos mesmos, visto que, geralmente são oferecidos nos respectivos horários de trabalho. Porém, destaco que quase metade dos professores informaram que pretendem realizar os cursos de Formação Continuada apenas quando estes forem de seus interesses, o que levanta a seguinte questão: tais interesses são literalmente individuais dos professores ou são pensados buscando o bem comum?

Através da interpretação dos resultados obtidos, percebeu-se que os professores de Educação Física possuem uma reduzida relação, participação e envolvimento com a construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular, além de não disporem de domínio de todas as unidades presentes no documento. Destaco que quando me refiro a ter domínio das unidades, não significa necessariamente que seja necessário que o professor domine as técnicas de todos os temas, mas sim, que eles tenham competência para dominá-los pedagogicamente. Em relação às presentes dificuldades, observou-se que uma parte considerável de professores encontrará obstáculos para aderir à BNCC, e embora todos tenham se mostrado solícitos a participar de cursos de Formação Continuada e tenham, de fato, realizado os referidos cursos nos últimos anos, foi possível compreender que há uma grande dificuldade para a realização efetiva de tal formação, essencialmente por fatores externos a eles, demonstrando assim, que tal falta de aproximação com a BNCC possui uma forte relação com a insatisfatória Formação Continuada destes docentes.

7. CONCLUSÕES

Levando em consideração as questões levantadas na coleta de dados do presente trabalho e diante dos seus objetivos geral e específicos, foi possível constatar que embora a BNCC não seja totalmente estranha aos professores, é perceptível que os mesmos não tiveram e/ou puderam ter uma participação ativa suficiente em sua construção e muito menos uma formação adequada acerca do que contempla esta normativa, que começará a ser implantada no presente ano. No entanto, destaco que em relação ao currículo de Sergipe, pelo que foi inicialmente investigado, através de uma entrevista com a vigente diretoria da Secretaria Estadual de Educação, suponho que haverá uma melhor formação de professores referente à criação e implementação do currículo sergipano nos próximos meses, o que não foi visualizado efetivamente até o final da coleta de dados da pesquisa, que ocorreu entre os meses de novembro/dezembro de 2018 e início de janeiro de 2019.

Tais evidências nos mostram que a implantação e a implementação de uma normativa como a BNCC estão intrinsecamente ligadas à Formação Continuada de professores. Se os mesmos não são oportunizados a participar e realizar uma formação adequada, e acredito que em última e menor instância não se interessam, dificilmente tal normativa terá resultados satisfatórios, visto que, predominantemente é entendida pelos docentes como algo improdutivo ou simplesmente impraticável, pois não estão suficientemente familiarizados. Destaco que tais comentários não pretendem retirar dos mesmos a dedicação e empenho necessários para a realização de um trabalho docente eficiente.

No tocante aos professores de Educação Física, acredito que há um trabalho ainda maior a ser feito, visto que, se faz necessária uma atualização de currículo atrelada a uma mudança de visão/posicionamento, gerando, consequentemente, uma mudança no planejamento e realização de suas práticas pedagógicas.

Embora pensar na criação e implementação de um documento que tem como objetivo a melhoria da educação básica brasileira seja uma excelente iniciativa, torna-se pouco produtiva quando não se atenta aos demais fatores que influenciam negativamente e diretamente o ato educativo. É preciso sim atentar-se às demais variáveis, possibilitando, desta maneira, uma valorização e uma necessária preparação dos professores e do contexto escolar para que assim eles possam responder a demanda de forma positiva, como se espera deles.

Por fim, se faz presente o anseio de que é necessário continuar com esse objeto de estudo para posteriores pesquisas e que tais problemas identificados na implantação e implementação da BNCC sirvam de exemplo para que não se repitam na nova normativa que está sendo criada e que será posteriormente implementada, denominada Base Nacional Docente.

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia A. S.; DOURADO, Luiz (Org.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, 2018.

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, 2014.

BENITES, Larissa Cerignoni; NETO, Samuel de Souza; HUNGER, Dagmar. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo: USP, 2008.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos do CEDES**, Campinas: UNICAMP, v. XIX, n. 48, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, v.3, 2017.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 11, 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria F. **Formação Continuada de professores: tendências atuais**. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara G. F. A Base Nacional Comum Curricular e a produção Biopolítica da Educação como formação de “Capital Humano”. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, 2017.

CÁSSIO, Fernando L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, 2018.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. In: IV CONPEF, Londrina, PR, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORRÊA, Adriana; MORGADO, José Carlos. **A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios**, Braga, PT, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. A formação de professores e a base comum nacional: questões e proposições para o debate. **Revista brasileira de Política e Administração da Educação**, Rio Grande do Sul, v. 29, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. **Afazer da EDUCAÇÃO FÍSICA na escola: planejar, ensinar, partilhar**. 1. Ed. Rio Grande do Sul: Edelbra, 2012.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; SCHWENGBER, Maria Simone V. **Práticas pedagógicas em EDUCAÇÃO FÍSICA: espaço, tempo e corporeidade**. 1. Ed. Rio Grande do Sul: Edelbra, 2012.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “NÃO MAIS” e o “AINDA NÃO”: pensando saídas do não-lugar da EF escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 9-24, set. 2009.

_____. Entre o “NÃO MAIS” e o “AINDA NÃO”: pensando saídas do não-lugar da EF escolar II. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 10-21, mar. 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IORA, Jacob Alfredo; SOUZA, Maristela da Silva; PRIETTO, Adeline Lorensi. A divisão Licenciatura/Bacharelado no curso de Educação Física: o olhar dos egressos. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 23, 2017.

LESSA, Livia. BNCC: CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAL RECEBEM O CURRÍCULO SERGIPANO. **SEED**, Sergipe. Disponível em: <<https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=13786>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

MACHADO, Roseli Belmonte; LOCKMANN, Kamila. Base Nacional Comum, Escola, Professor. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, 2014.

MARSIGLIA, Ana Carolina G; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, 2017.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico; MAGALHÃES, Carlos Henrique. A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. **Revista Motrivivência**, Maringá, PR, v.28, n 48, 2016.

MELLO, Paulo Eduardo Dias. **Base Nacional Comum, Direitos e Objetivos de Aprendizagens e Desenvolvimento e IDEB: nexos, contextos, rastros e o lugar do professor**. PR: UEPG, 2008.

METZNER, Andreia Cristina; RODRIGUES, Wallace Anderson. **Educação Física escolar brasileira: do império até os dias atuais**. Bebedouro, São Paulo: Faculdades Integradas Fafibe, 2007.

MONTEIRO, Fabricio. **A Educação Física escolar e a LDB**. São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, Maria das Graças C. de A. A Formação Continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. In: Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar. **Caderno Temático**, Belo Horizonte, n. 5, 2000.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, 2018.

NICOLETTI, Lucas Portilho; NICOLETTI, Arlete Guisso S. P. **A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Física: diálogos necessários e urgentes**. In: XI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Estado de Roraima, Roraima, 2016.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. PT, Porto, 1992.

OLIVEIRA, Silvio; LESSA, Livia. RETROSPECTIVA 2018: SERGIPE FOI O SEGUNDO ESTADO BRASILEIRO A APROVAR O CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL. **SEED**, Sergipe. Disponível em: < <http://seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=13986>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

PEREIRA, Júlio Emílio D. P. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, ano XX, nº 68, 1999.

PERES. Paula; YOSHIDA, Soraia; SEMIS, Laís. Base Nacional Docente: veja o que muda na formação e carreira. **Nova Escola**, São Paulo. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/14576/base-nacional-docente-veja-o-que-muda-na-formacao-e-carreira>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Uma visão panorâmica da LDB: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal de movimento. **Revista Motrivivência**, v.28, n 48, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo**: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, José.Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Movimento**, Rio de Janeiro, 2016.

SENA, Dianne Cristina Souza. A BNCC em discussão na Formação Continuada de professores de Educação Física: um relato de experiência. **Revista Motrivivência**, Natal, RN, v.28, n 49, 2016.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue B. (Org.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Luiz Augusto. **Conceitos de Atividade Física e Saúde**. Paraná: UNICENTRO, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUSA, Jorge Luis U. Currículo e projetos de formação: base nacional comum curricular e seus desejos de performance. **Revista Espaço do Currículo**, Paraíba, v. 8, 2015.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, 2017.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. As (IM)POSSILIDADES DE UMA BASE NACIONAL COMUM. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n. 03, 2014.

VICHESSI, Beatriz. SAIBA COMO A REDE DO SERGIPE ESTÁ SE PREPARANDO PARA A BNCC. **Nova Escola**, São Paulo. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/101/saiba-como-a-rede-do-sergipe-esta-se-preparando-para-a-bncc>. Acesso em: 06 jan. 2019.

WEBER, Silke. Profissionalização Docente e Políticas Públicas no Brasil, **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, vol. 24, n. 28, 2003.

WENGZYNSKI, Cristiane Danielle; TOZETTO, Soares Suzana. **A Formação Continuada face as suas contribuições para a docência**. In: IV ANPED SUL, UEPG, 2012.

9. APÊNDICES

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, Hudson Leonardo Cordeiro de Moura, CPF 042.861.395-06, RG 3.408.230-1 SSP/SE sou aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe. Estou desenvolvendo, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Anselmo Menezes Santos, uma pesquisa monográfica intitulada: **“ESTUDO DESCRITIVO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE DE ENSINO DE ARACAJU”**.

Assim, este projeto tem como objetivo: **Conhecer a relação e o nível de conhecimento dos professores de Educação Física da rede de ensino de Aracaju com a Base Nacional Comum Curricular e como esta normativa influencia a Formação Continuada destes professores.**

Sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Solicitamos a vossa autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos científicos. *A sua identificação será mantida em sigilo, pois seu nome não será apresentado na pesquisa.*

Agradecemos a vossa participação e colaboração.

Contatos: Hudson Leonardo Cordeiro de Moura – Tel (79) 99999-3002;
leocomgod@hotmail.com

Professor Dr. Luiz Anselmo Menezes Santos – Tel (79) 99117-2511;
luizanselmomenezes@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa: “ESTUDO DESCRITIVO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE DE ENSINO DE ARACAJU”, que tem como objetivo: **CONHECER A RELAÇÃO E O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE DE ENSINO DE ARACAJU COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E COMO ESTA NORMATIVA INFLUENCIA A FORMAÇÃO CONTINUADA DESTES PROFESSORES.**

Fui convidado e concordei em participar. Os pesquisadores estarão à disposição para tirar quaisquer dúvidas relacionadas a pesquisa. Recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes a pesquisa e sei que todos os dados a meu respeito serão sigilosos.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Aracaju, ____/____/____

B - () De 8 a 12h/s.

E - () Não levo trabalho para casa.

C - () De 12 a 20 h/s.

5º - Você conhece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

A - () Não conheço, pois não tive a oportunidade de ler.

B - () Sim, conheço, pois já tive a oportunidade de ler.

C - () Li superficialmente e já ouvi comentários.

D - () Desconheço totalmente, não li, nem ouvi comentários sobre ela.

6º - Se você conhece a BNCC, como ficou sabendo da existência da mesma? Marque X apenas em uma alternativa.

A - () Através de curso/palestra e afins.

B - () Através da instituição que leciono.

C - () Através da mídia.

D - () Através de colegas professores.

7º - Você participou de alguma consulta pública realizada para a construção da BNCC?

A - () Sim, de todas as três versões.

B - () Sim, apenas de duas versões.

C - () Sim, apenas de uma versão.

D - () Não participei, pois não fiquei sabendo.

E - () Não participei, mas gostaria de ter participado.

F - () Não participei e não gostaria de ter participado.

8º - Você conhece e tem domínio sobre todas as unidades temáticas presentes na BNCC?

A - () Conheço e possuo domínio de todas.

B - () Conheço e possuo domínio apenas de algumas.

C - () Não conheço e não possuo domínio de nenhuma.

D - () Conheço parcialmente e possuo domínio de algumas

9º - Dentre os temas presentes na BNCC, qual o que você mais se identifica e/ou acha mais relevante? Marque X apenas em uma alternativa.

A - () Brincadeiras e Jogos.

B - () Esportes.

C - () Ginásticas.

D - () Lutas.

E - () Danças.

F - () Práticas corporais de aventura.

G - () Me identifico com todos e/ou acho todos relevantes.

10º - Você já adotou a BNCC para o planejamento das suas aulas?

A - () Já adotei e incorporei nas minhas aulas.

B - () Já adotei em parte e pretendo incorporar nas minhas aulas futuramente.

C - () Ainda não adotei, mas pretendo adotá-la.

D - () Não adotei e não pretendo adotá-la.

11º - Existe alguma unidade temática presente na BNCC que você acha desnecessária e/ou impraticável? Se a resposta for sim, qual a unidade? Pode marcar mais de uma alternativa.

- A - () Sim, brincadeiras e jogos.
- B - () Sim, esportes.
- C - () Sim, ginásticas.
- D - () Sim, lutas.
- E - () Sim, danças.
- F - () Sim, práticas corporais de aventura.
- G - () Não existe unidade temática desnecessária e/ou impraticável.

12º - Você terá dificuldades em utilizar a BNCC para o planejamento das suas unidades/aulas?

- A - () Sim, terei dificuldades devido a minha falta de domínio das unidades temáticas.
- B - () Sim, terei dificuldades devido à má construção da BNCC em relação ao componente curricular Educação Física.
- C - () Sim, terei dificuldades pelo fato de o contexto escolar da minha atuação docente não permitir a aplicação da BNCC.
- D - () Não terei dificuldades.

13º - Você participou/se envolveu na versão preliminar e/ou na consulta pública realizadas para a construção do Currículo de Sergipe para a Educação Infantil e Ensino Fundamental?

- A - () Sim, participei apenas na construção da versão preliminar.
- B - () Sim, contribuí apenas dando sugestões na consulta pública.
- C - () Sim, participei da versão preliminar e contribuí na consulta pública.
- D - () Não participei/contribuí, pois não fiquei sabendo.
- E - () Não participei/contribuí, mas gostaria de ter participado.
- F - () Não participei/contribuí e não gostaria de ter participado.

14º - Para você, dentre os conceitos abaixo qual deles melhor exemplifica a especificidade atual da Educação Física?

Marque X apenas em uma alternativa.

- A - () A Educação Física é o componente curricular que visa garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-las, e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente.
- B - () A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade.
- C - () A Educação Física é uma disciplina obrigatória na rede básica de educação, tendo como objetivo o ensino de jogos, atividades rítmicas, ginásticas, práticas esportivas e práticas de aptidão física em benefício da qualidade de vida.
- D - () A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.

15º - No seu entendimento, práticas corporais são:

Marque X apenas em uma alternativa.

- A - () Qualquer movimento corporal, independente da intensidade, que não seja elaborado especificamente com a finalidade de aprimoramento da aptidão física.

B - () São atividades estruturadas e previamente planejadas, que se destinam a aprimorar o condicionamento e a aptidão física, não associado apenas a saúde, e sim, a capacidade atlética de desempenho de cada pessoa.

C - () São diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade, ou seja, são textos culturais passíveis de leitura e produção.

D - () A busca em atingir condições de vida através de ações educacionais e ambientais sobre vários aspectos da saúde, intervindo sobre efeitos sociais por experiências e aprendizagens que possam melhorar o estilo de vida das pessoas, diretamente sobre o comportamento humano.

16º - Você possui Pós-graduação? Pode marcar mais de uma alternativa.

A - () Sim, Lato Senu (Especialização).

B - () Sim, Stricto Senu (Mestrado e Doutorado).

C - () Não possuo.

17º - Marque os tipos de Formação Continuada que você realizou nos últimos 5 anos.

A - () Palestras, congressos, colóquios e/ou seminários.

B - () Cursos de capacitação e/ou cursos de aperfeiçoamento.

C - () Programas.

D - () Cursos a distância.

18º - Qual seu posicionamento quanto a Formação Continuada? Marque X somente em uma alternativa.

A) () Considero Importante, mas pouco aproveitável.

B) () Considero Imprescindível para atualização docente.

C) () Considero Improdutivo sem resultados significativos.

D) () Considero uma Imposição vinda de cima para baixo.

E) () Considero Ineficaz para a realidade do cotidiano escolar.

19º - No Decorrer da sua carreira profissional docente, pretende fazer de quanto em quanto tempo cursos de Formação Continuada? Marque X apenas em uma alternativa.

A- () - Todo semestre.

B- () - Uma vez ao ano.

C- () - Quando houver algum do meu interesse.

D- () - Quando a instituição oferecer.

E- () - Sempre estou me atualizando.

20º - Qual a maior dificuldade ou impedimento para que você possa frequentar cursos de Formação Continuada? Marque X apenas em uma alternativa.

A - () A Instituição de ensino onde trabalho pouco oferece cursos de atualização.

B - () Os horários dos cursos chocam com os horários de aula da escola que leciono.

C - () Só tenho disponibilidade de horários nos fins de semana.

D - () Falta de motivação e desânimo.

E - () Trabalho em outros locais (Instituição de ensino ou autônomo), não sobra tempo para cursos de atualização.